



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL 2007.2013

INDICADORES
CONJUNTURAIS
DE MONITORIZAÇÃO

Boletim Informativo 27

Informação reportada a 31 de março de 2015



AD&C
Agência para o
Desenvolvimento e
Coesão, I.P.



Ficha Técnica

Título Boletim Informativo QREN N.º 27

Edição Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP

Data de Edição Abril de 2015

Fotografia Centro Integrado de Recuperação e Valorização de Resíduos Industriais – PO Alentejo

Registo ISSN 2182-200X

Informação disponível em www.qren.pt

•

Esta publicação é financiada
pela União Europeia – Programa Operacional
Assistência Técnica (FEDER).

•

Nota de Abertura

O Boletim Informativo Indicadores Conjunturais de Monitorização nº 27 apresenta informação reportada a 31 de março de 2015, o último ano de execução do QREN e o primeiro ano de vigência efetiva do Portugal 2020, na linha dos objetivos editoriais desta publicação: facultar uma leitura simples e acessível sobre a implementação do QREN e uma informação estável e robusta.

Considerando a coexistência em 2015 de dois quadros de programação de apoios comunitários no âmbito da Política de Coesão da União Europeia, futuras versões deste Boletim passarão gradualmente a dar crescente destaque ao Portugal 2020, centrando-se inicialmente na componente relacionada com o processo de seleção de operações apoiadas, ao passo que no âmbito do QREN será dada particular atenção ao processo de execução e encerramento.

No primeiro trimestre de 2015, o **QREN** atingiu uma taxa de execução de 90%, representando um acréscimo de 3 p.p. face ao final de 2014. Foi já executado um montante de quase 19 mil milhões de euros de fundo, que corresponde a um investimento total de perto de 28 mil milhões de euros, sendo que o montante de fundo transferido para os beneficiários a título de pagamento se cifra também nos 19 mil milhões de euros.

A tradução operacional destes investimentos pode ser verificada no conjunto de projetos apoiados pelo QREN, desde os sistemas de qualificação e educação (apoiados pelo FSE) aos apoios diretos às empresas (apoiados pelo FEDER), sem esquecer importantes dimensões da valorização territorial como as acessibilidades e mobilidade (apoiadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão) ou a proteção e valorização do Ambiente (apoiada pelo Fundo de Coesão). Neste sentido, destaca-

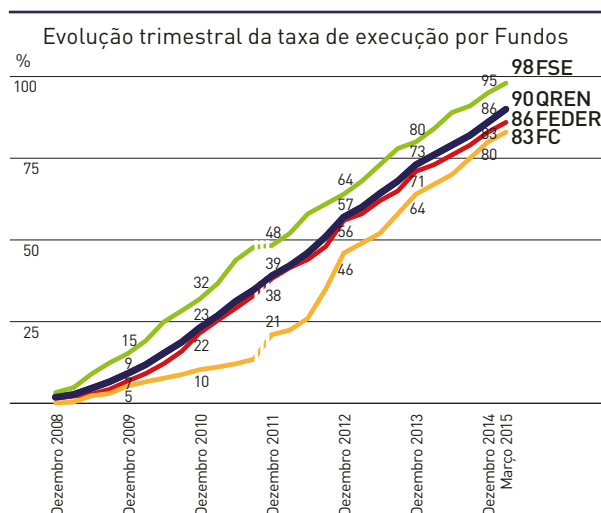
se o número de formandos abrangidos em ações de dupla certificação (667 mil abrangidos que iniciaram o ciclo formativo), as empresas apoiadas com ajudas diretas ao investimento (quase 14 mil empresas, das quais mais de 2 mil são start-up) e os km de rede de abastecimento e de rede de saneamento de águas residuais contratados (3 mil km no caso do abastecimento e 6 mil km no caso do saneamento de águas residuais).

No âmbito do **Portugal 2020**, após Portugal ter estado entre os primeiros países a ter o Acordo de Parceria e os Programas Operacionais aprovados, é de destacar a publicação dos regulamentos específicos no domínio da competitividade e internacionalização (Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro), no domínio da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos (Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro), no domínio do capital humano (Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março) e no domínio da inclusão social e emprego (Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março).

A Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria (CIC Portugal 2020) aprovou o Plano de Avisos para a apresentação de candidaturas para os próximos 12 meses, permitindo aos potenciais beneficiários dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) tomarem conhecimento das datas de abertura de candidaturas com antecedência. No quadro do Portugal 2020, os primeiros concursos lançados, desde finais de 2014, focaram-se nas áreas dos apoios às empresas, ambiente, agricultura e estratégias de desenvolvimento territorial. Nesta sequência, foram, por exemplo, já reconhecidas as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial propostas pelas Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas.



Síntese



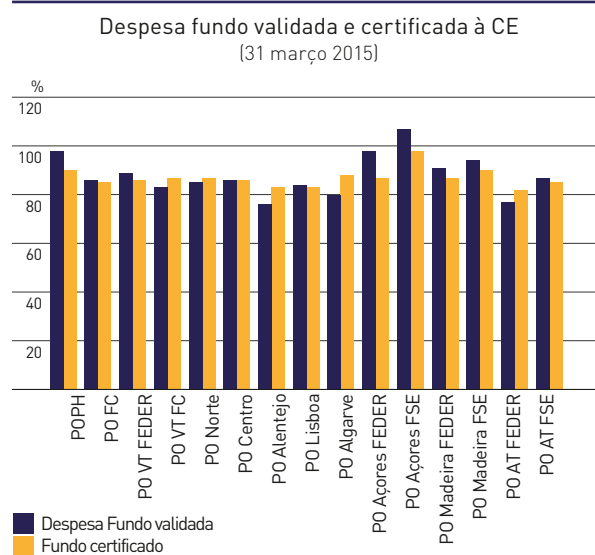
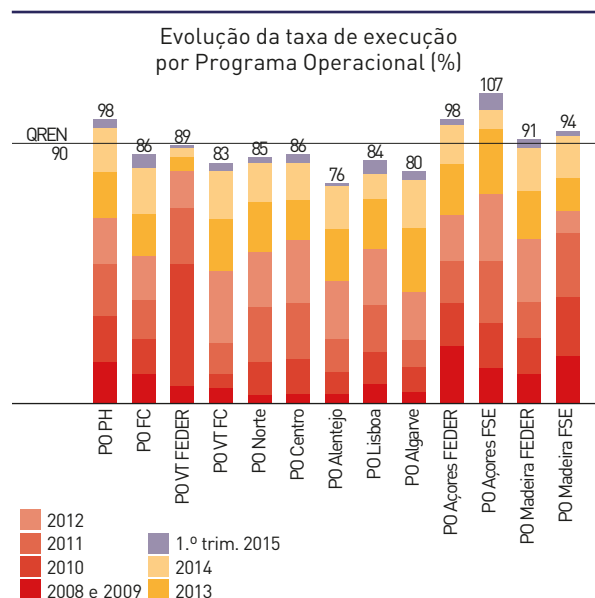
Taxa de execução do QREN em 90%

No final do primeiro trimestre de 2015, a taxa de execução do QREN atingiu 90% da dotação total de fundos prevista executar até 2015 - o que corresponde a mais de 19 mil M€ de volume de despesa (fundo) validada - e a taxa de realização atingiu 81% (da dotação total de fundos comunitários aprovados). Face ao final de 2014, as taxas de execução e de realização aumentaram 3,1 p.p. e 3,4 p.p., respetivamente.

A despesa (fundo) validada no primeiro trimestre de 2015 ascendeu a 670 M€, inferior à execução registada no quarto trimestre de 2014 (897 M€) e à execução média trimestral de 2014 (743 M€), mas superior à execução registada no trimestre homólogo de 2013 (633 M€).

Ao nível dos fundos continua a destacar-se a evolução registada no FSE, com uma taxa de execução de 98% - bem acima da média do QREN -, seguindo-se o FEDER com 86% e o Fundo de Coesão com 83%. No primeiro trimestre de 2015, houve um aumento do diferencial das taxas de execução dos três fundos, fruto de acréscimos mais elevados no FSE (3,7 p.p.) que no FEDER (2,8 p.p.) e Fundo de Coesão (2,8 p.p.).

Na análise da execução por PO, destaque para os que revelam uma taxa de execução superior à média do QREN: PO Açores FSE (107%), PO Açores FEDER (98%), PO PH (98%), PO Madeira FSE (94%) e PO Madeira FEDER



(91%).¹ Os PO Alentejo e PO Algarve apresentam as taxas de execução mais reduzidas, respetivamente 76% e 80%.

No primeiro trimestre de 2015, os PO com acréscimos mais

¹ A possibilidade de, em fase final de execução dos PO, poderem ser aprovadas e executadas operações em regime de overbooking, justifica que alguns PO possam apresentar taxas de execução superiores a 100%. No âmbito da gestão do overbooking, operações que sejam executadas de acordo com as regras de elegibilidade dos PO do Portugal 2020 poderão vir a ser objeto de enquadramento nesses PO (estando desde já identificados alguns casos, nomeadamente no PO Açores FSE e no PO PH).

Fundo executado por Agenda Temática
(31 março 2015)

Potencial Humano 46%	Fatores de Competitividade 26%	Valorização do Território 28%
Iguald. Género 1%	Soc. Informação 3%	Sobr. Cst. Ultrap. 2%
Aperf. Profiss. 4%	Val. Econ. Territ. 4%	Preven. Riscos 5%
Apoio Empreend. 6%	Eng. Finan. 4%	Equipamentos para a Coesão 15%
Desenv. Social 7%	Infr. Comp. Reg. 6%	
Form. Avanç. 11%	Ações Colet. 6%	
	Ctos. Contxt. 6%	
Aprend. Longo Vida 19%	Desenv. Tecn. 10%	Política de Cidades 18%
		Proteção e Valorização do Ambiente 27%
Infraestruturas da Rede Escolar 24%	Inovação e Renovação do Modelo Empresarial 61%	
Qualificação Inicial 28%		Acessibilidades e Mobilidade 33%

Fundo aprovado por Agenda Temática
(31 março 2015)

Potencial Humano 42%	Fatores de Competitividade 30%	Valorização do Território 28%
Iguald. Género 1%	Soc. Informação 3%	Sobr. Cst. Ultrap. 2%
Aperf. Profiss. 4%	Val. Econ. Territ. 3%	Preven. Riscos 7%
Apoio Empreend. 7%	Ações Coletivas 5%	Equipamentos para a Coesão 15%
Desenvolv. Social 8%	Infraest. Comp. Reg. 5%	
Formação Avançada 10%	Eng. Financeira 6%	
	Custos Contexto 7%	
Aprend. Longo Vida 18%	Desenv. Tecnol. 9%	Política de Cidades 16%
		Proteção e Valorização do Ambiente 29%
Infraestruturas da Rede Escolar 24%	Inovação e Renovação do Modelo Empresarial 62%	
Qualificação Inicial 28%		Acessibilidades e Mobilidade 31%

relevantes na taxa de execução são: PO Açores FSE com mais 6,6 p.p., PO FC com mais 4,4 p.p. e PO Lisboa com mais 4,3 p.p. Os níveis de certificação de despesa à CE, até ao final de março, evidenciam que 87% do fundo programado no QREN já foi certificado pela Comissão Europeia, o que significa que é objeto de reembolso ao Estado Português sob a forma de pagamentos intermédios. Destacam-se neste indicador os PO financiados pelo FSE, com taxas de certificação na ordem dos 90%.

A despesa certificada tem, por norma, valor inferior ao da despesa validada, o que é justificado pelo desfasamento temporal entre validação da despesa pelas Autoridades de Gestão dos PO e a sua posterior certificação pela Comissão Europeia. Contudo, no PO VT e alguns PO Regionais do Continente, verifica-se o contrário, devido, sobretudo, a diferenças entre a taxa de cofinanciamento que releva para efeitos de certificação (taxa programada ao nível de eixo, acrescido em alguns casos do efeito de aplicação do mecanismo *top-up*) e a taxa média de cofinanciamento das operações aprovadas.

Execução concentrada sobretudo nas áreas da qualificação e educação e nos apoios a empresas

A execução das operações aprovadas até ao final de março de 2015 tem acentuada concentração nas áreas da agenda

temática Potencial Humano, que representa 46% do total da despesa fundo validada. Nesta agenda temática, de destacar a execução nas infraestruturas da rede escolar, com 24%, cofinanciadas pelo FEDER, bem como nas áreas de qualificação de jovens (qualificação inicial de dupla certificação), com 28%, e de qualificação de adultos (aprendizagem ao longo da vida), com 19%, cofinanciadas pelo FSE, que no conjunto representam 71% do fundo executado nesta agenda.

Na agenda temática Fatores de Competitividade, com 26% do total dos fundos executados no QREN, verifica-se uma concentração elevada da execução na área da inovação e renovação do modelo empresarial (61%), com destaque, neste âmbito, para os sistemas de incentivos às empresas, distribuindo-se a restante execução quase uniformemente pelas outras áreas desta agenda.

A agenda temática Valorização do Território (com 28% do total dos fundos executados) apresenta a seguinte distribuição pelas principais áreas de intervenção: Acessibilidades e Mobilidade (33%) destacando-se a ligação ferroviária Sines-Elvas, a extensão da Rede de Metro do Porto e as intervenções na CRIL-Buraca/Pontinha, na Autoestrada Transmontana e no Túnel do Marão; Proteção e Valorização do Ambiente (27%), onde assumem especial relevância as intervenções relativas ao ciclo urbano da água, ao tratamento e gestão de resíduos e às ações de defesa e valorização do litoral; política de

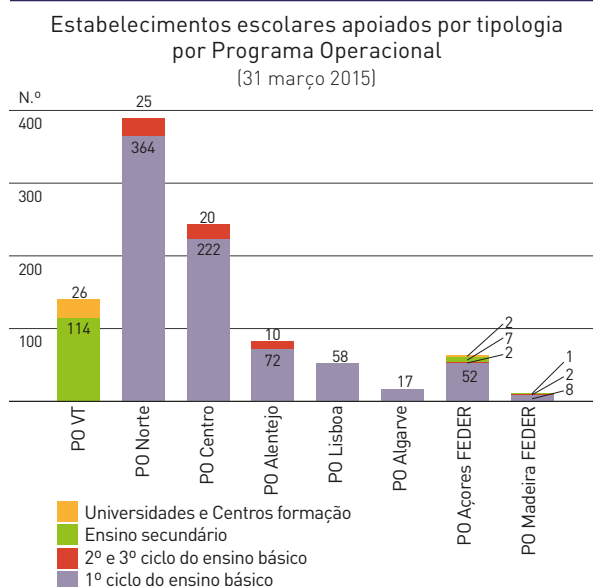
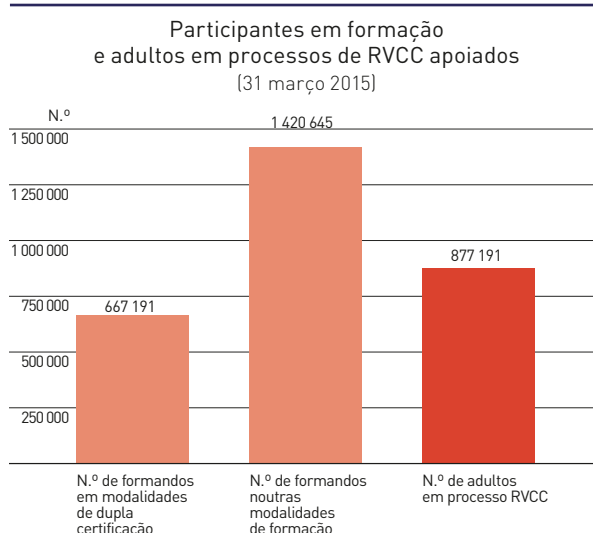
cidades (18%), que engloba, nomeadamente, as operações executadas no âmbito dos programas de ação das parcerias para a regeneração urbana e dos programas estratégicos das redes urbanas para a competitividade e inovação (nos PO Regionais), as ações inovadoras para o desenvolvimento urbano e equipamentos estruturantes do sistema urbano (no PO VT) e os valores já executados ao abrigo da Iniciativa Comunitária JESSICA²; e Equipamentos para a Coesão (15%) os quais abrangem diversos tipos de equipamentos (sociais, culturais, desportivos e de saúde). As diferenças que se verificam entre o peso do fundo aprovado e o do fundo executado, por agenda temática, denotam o maior dinamismo na execução das operações aprovadas na agenda temática Potencial Humano, a qual integra, na sua maioria, operações do FSE, e maior dificuldade na agenda temática Fatores de Competitividade, com preponderância dos Sistemas de Incentivos às empresas.

Agenda Potencial Humano: mais de 2 milhões de participantes nas diversas modalidades de formação

Nas candidaturas contratualizadas no âmbito da agenda Potencial Humano³, o número de formandos abrangidos em ações de formação de dupla certificação, que iniciaram o ciclo de formação, ascende a 667 mil, abrangendo as outras modalidades de formação 1.421 mil formandos. Com o objetivo de reforçar a qualificação da população adulta ativa de modo a contribuir para o desenvolvimento de competências críticas à modernização económica e empresarial e para a adaptabilidade dos trabalhadores, encontram-se abrangidos em processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), mais de 877 mil adultos. No âmbito do reforço da capacidade científica e tecnológica nacional, através da formação de recursos humanos altamente qualificados, mais de 12 mil bolseiros estão a realizar, ou já concluíram, ações de formação avançada.

2 A Iniciativa JESSICA é um instrumento financeiro, promovido pela Comissão Europeia, que permite às autoridades de gestão dos PO Regionais afetar uma parte dos seus fundos estruturais para a realização de investimentos em regeneração urbana, através de fundos de desenvolvimento urbano.

3 Ver meta-informação sobre estes indicadores nos quadros anexos.



De referir ainda, nesta agenda, 1.009 estabelecimentos de ensino apoiados (com intervenção ao nível da construção, ampliação e/ou requalificação), enquadrados nas seguintes tipologias: 793 centros escolares e escolas do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar (79%) – dos quais 522 concluídos⁴ (325 no Norte, 16 no Centro, 56

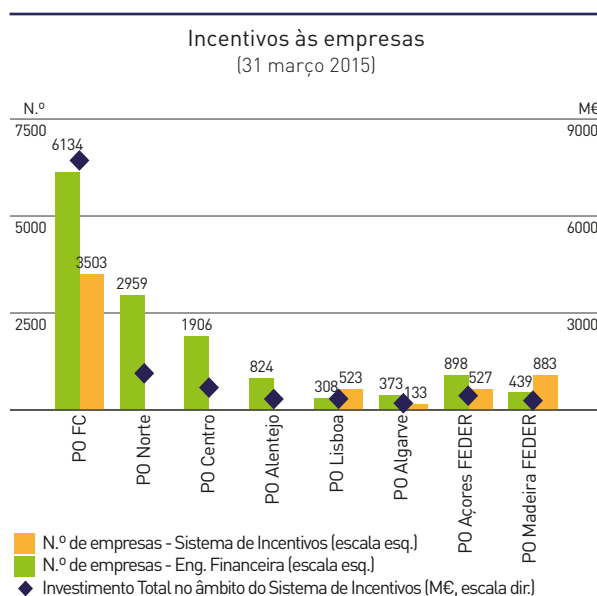
4 Uma operação encontra-se concluída do ponto de vista da sua realização física quando a intervenção se encontra finalizada ou em condições de ser usufruída pelos destinatários da mesma, independentemente de estar financeiramente concluída.

no Alentejo, 52 em Lisboa, 15 no Algarve, 50 nos Açores e 8 na Madeira); 59 escolas do 2º e 3º ciclo do ensino básico – das quais 27 concluídas (18 no Norte, 5 no Alentejo, 2 nos Açores e 2 na Madeira); 122 escolas com ensino secundário – das quais 98 concluídas (92 no Continente, 5 nos Açores e 1 na Madeira); 28 Escolas Superiores e Universidades – das quais 14 concluídas (12 no Continente e 2 nos Açores); 7 Centros de formação – dos quais 6 concluídos (4 nos Açores e 2 na Madeira).

Agenda Fatores de Competitividade: sistemas de incentivos abrangem quase 14 mil empresas e mecanismos de engenharia financeira apoiam mais de 5 mil empresas

Até ao final de março de 2015, foram apoiadas 13.841 empresas com ajudas diretas ao investimento atribuídas através dos sistemas de incentivos (permitindo mobilizar um volume de investimento total acima dos 11 mil M€), das quais 5.563 já concluíram os projetos apoiados. De destacar o PO FC com o maior número de empresas apoiadas (6.134), seguido pelo PO Norte (2.959), sendo o PO FC o que apresenta maior expressão relativamente ao investimento total médio por empresa (1,3 M€), o que se deve ao facto dos incentivos aos projetos de grandes e médias empresas para as regiões convergência serem elegíveis apenas neste PO.

Das quase 14 mil empresas que receberam incentivo, 2.120 (15%) constituem *start-up*, ou seja, foram apoiadas no início da sua atividade, sendo de destacar que 30% destas empresas já concluíram os projetos objeto de apoio. Deve ainda ser destacado que no universo de *start-up* apoiadas, 43% (919) se situam em setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia, o que revela a aposta que está a ser feita neste tipo de empresas, enquanto investimento promissor para uma maior elevação da competitividade da economia portuguesa. Na agenda da competitividade é de registar, ainda, o apoio a 5.569 empresas através de mecanismos de engenharia financeira, os quais assumem particular importância no âmbito das medidas de combate à crise económica e financeira. No Continente, através do conjunto de mecanismos de engenharia financeira criados ao abrigo do SAFPRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha



de Risco da Inovação (linhas de crédito PME Investe I e II e Investe QREN⁵, fundos de capital de risco e *business angels*), foram financiadas 3.503 empresas pelo PO FC, 523 pelo PO Lisboa e 133 pelo PO Algarve, abrangendo um total de 4.159 empresas. Nas Regiões Autónomas, com as linhas de crédito criadas, foram apoiadas 1.410 empresas, das quais 527 pelo PO Açores FEDER e 883 pelo PO Madeira FEDER.

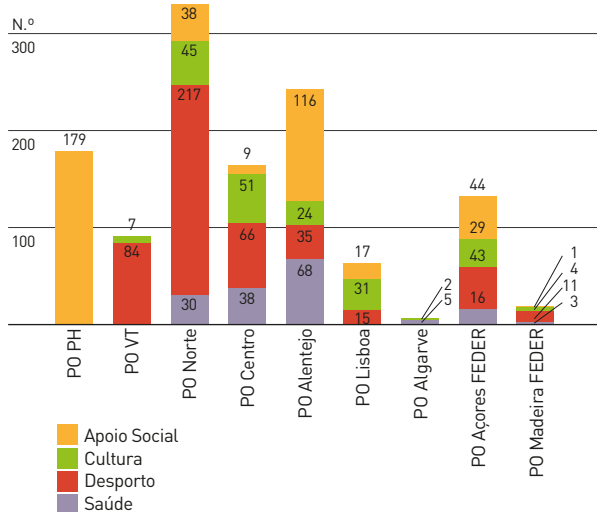
No domínio dos custos públicos de contexto estão contratadas 2.013 intervenções de apoio à modernização administrativa (designadamente lojas do cidadão, centros multi-serviços e balcões únicos), destacando-se o PO FC com 1.785 intervenções, tendo os restantes PO uma intervenção mais circunscrita (PO Norte com 81 intervenções, PO Centro com 6, PO Alentejo com 49, PO Lisboa com 33, PO Algarve com 32, PO Açores FEDER com 26 e o PO Madeira FEDER com 1 intervenção nesta área).

Agenda Valorização do Território: apoiados 1.236 equipamentos coletivos

No âmbito da agenda Valorização do Território foram apoiados 1.236 equipamentos coletivos, repartidos pelas seguintes tipologias: 408 equipamentos de apoio social,

5 Até ao final do primeiro trimestre de 2015 o QREN financiou estas três linhas de crédito.

Equipamentos apoiados por tipologia por Programa Operacional
(31 março 2015)

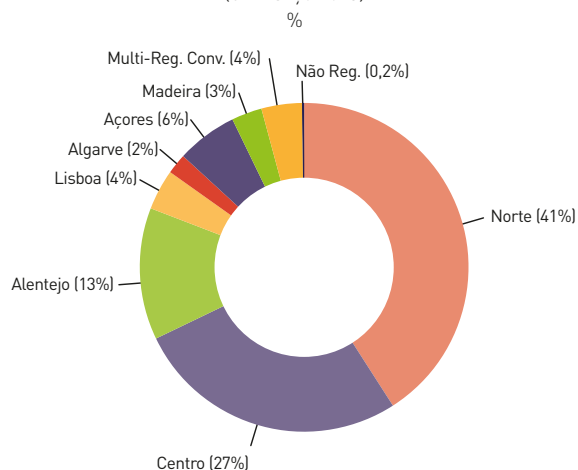


dos quais 68% fisicamente concluídos, sendo na sua maioria creches e lares de idosos (229 equipamentos apoiados no âmbito do FEDER, dos quais 77% concluídos – 184 nos PO Regionais do Continente, 44 no PO Açores FEDER e 1 no PO Madeira FEDER – e 179 equipamentos apoiados pelo FSE no PO PH, com 56% concluídos); 161 unidades de saúde, das quais 66% concluídas (estas intervenções abrangem a construção e ampliação de centros de saúde, bem como a requalificação de serviços de unidades hospitalares); 474 equipamentos desportivos, dos quais 69% concluídos (com destaque para o PO Norte, com 217 equipamentos apoiados, e para o PO VT com 84 equipamentos apoiados); e 193 equipamentos culturais, dos quais 65% concluídos (onde se incluem bibliotecas e arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea).

Ao nível da mobilidade territorial, no âmbito da modernização e desenvolvimento da rede ferroviária convencional, encontram-se contratados 445 km de ferrovias a construir ou a reabilitar, - dos quais 203 km já se encontram concluídos, - estando estas intervenções concentradas exclusivamente no POVT.

No que se refere à proteção e valorização do ambiente, destaca-se o apoio à construção e reabilitação de 3.028 km de rede de abastecimento de água (95% dos quais apoiados pelo POVT vertente FC e 5% pelo PO das Regiões Autónomas), nos sistemas em baixa e alta, sendo que 65%

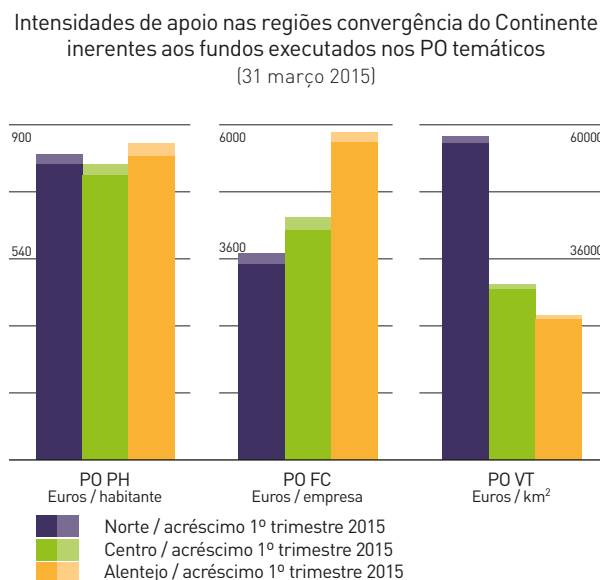
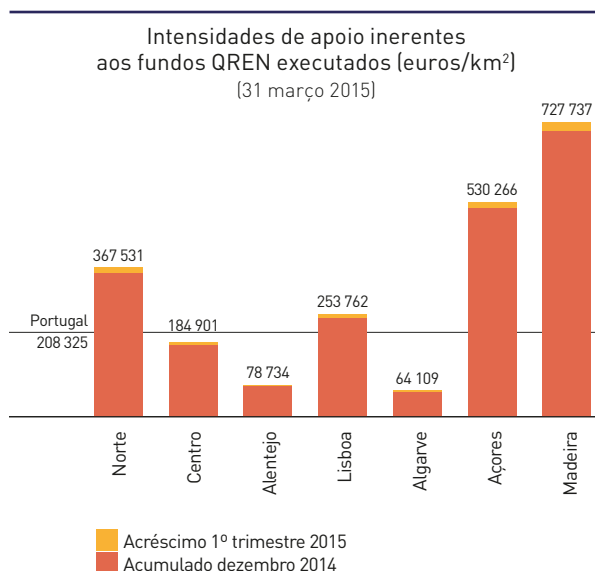
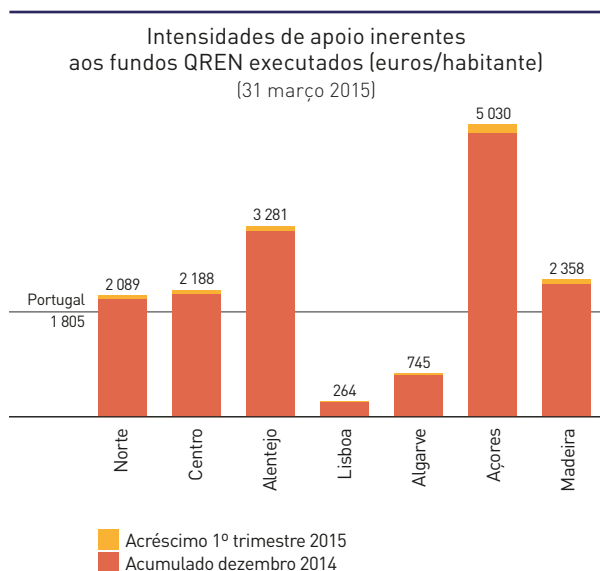
Distribuição dos fundos comunitários executados por Região
(31 março 2015)



dessas operações já se encontram concluídas. Ainda neste domínio, releva o apoio à construção e reabilitação de 6.013 km de coletores de águas residuais (com o POVT – vertente FC a concentrar a quase totalidade dos apoios). No âmbito da prevenção de riscos, com vista à melhoria do sistema nacional de proteção civil e ao aumento da sua resiliência, designadamente através do reforço das infraestruturas, equipamentos, meios e instrumentos necessários a todas as fases do processo de proteção civil, foram contratadas 635 operações, estando 390 já concluídas. Estas operações são relativas, sobretudo, a Planos Municipais de Emergência da Proteção Civil e à construção, equipamentos e ampliação e requalificação de quartéis de bombeiros em todo o país.

A grande maioria dos fundos executados está concentrada nas regiões convergência

91% dos fundos comunitários executados concentram-se nas regiões convergência (Norte, Centro, Alentejo e Açores). Analisando as intensidades regionais de apoio inerente ao volume de execução registado até ao final do primeiro trimestre de 2015, denota-se o reduzido valor das captações de fundos executados nas regiões do Continente que estão fora do objetivo convergência (Lisboa e Algarve, este último em regime de *phasing out*), fruto da



menor expressão financeira dos envelopes resultantes da respetiva definição comunitária para o período 2007-2013. Os Açores, no contexto das regiões convergência, registam o valor mais elevado no que respeita à intensidade de apoio inerente ao volume de execução, com a diferença face às restantes regiões a ser atenuada quando se relativiza pela área (e não pela população). Contudo, nenhum destes denominadores – população e área – capta a questão específica associada à necessidade de um maior peso de investimento público nesta região, que deriva da

configuração do arquipélago (e.g. transporte inter-ilhas e garantia de níveis de serviço à população independente da dimensão da procura).

Entre as regiões convergência do Continente, o Alentejo regista o maior volume de fundos executados *per capita*, devido sobretudo à concentração de grandes projetos de investimento público (e.g. ligação ferroviária Sines-Elvas e empreendimento de fins múltiplos de Alqueva) numa região com baixa densidade populacional, tal como espelha a inversão de posições quando se analisa o rácio de execução por área.

Aprofundando a distribuição regional de cada um dos PO Temáticos nas regiões convergência do Continente, através da relativização desses apoios pela população, no caso do PO PH, pelo número de empresas existentes na região, no caso do PO FC, e por área, no caso do PO VT, conclui-se que:

- as intensidades de apoio regional do PO PH variam entre os 795 €/habitante no Centro e os 851 €/habitante no Alentejo;
- o Alentejo surge com uma intensidade de apoio no âmbito do PO FC significativamente superior à das restantes regiões, o que decorre da execução de alguns grandes projetos de investimento de inovação produtiva numa região com uma fraca densidade empresarial (ver quadro de grandes projetos em anexo);
- a região Norte surge com o valor mais elevado na

Aprovações ao abrigo do mecanismo de efeitos de difusão (*spill-over effect*)

No âmbito do QREN, a territorialização dos investimentos apoiados é efetuada, em regra, em função da localização física dos investimentos materiais ou, no caso dos investimentos imateriais, da localização da entidade beneficiária.

Em casos excecionais em que os destinatários que usufruem das intervenções estão geograficamente dissociados da localização dos investimentos e dos seus promotores, estão previstos no QREN critérios distintos de territorialização das intervenções. Entre eles, incluem-se as regras de territorialização das operações com relevante efeito de difusão (*"spill-over effect"*), que se aplicam exclusivamente às tipologias:

- Apoio a consórcios de I&DT entre empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico (eixo 1 do PO FC);
- Administração pública eficiente e de qualidade (eixo 4 do PO FC);
- Formações estratégicas para a gestão e inovação na administração pública (eixo 3 do PO PH).

Para além de se cingirem a estas tipologias, estas regras definem ainda restrições adicionais, quer ao nível da participação obrigatória de empresas das regiões convergência nos consórcios de I&DT, quer ao nível do montante do investimento elegível no caso das operações relativas à administração pública (apenas se considera elegível a percentagem do custo total do projeto que corresponde à proporção da população residente nas regiões convergência).

Até ao final do primeiro trimestre de 2015, as operações com relevante efeito de difusão representavam, naqueles dois PO:

- 181 M€ de FEDER comprometido no PO FC, o que corresponde a 5,7% da dotação total do PO e a 4,5% do montante FEDER aprovado até esta data no PO;
- 10 M€ de FSE comprometido no PO PH, o que corresponde a 0,2% da dotação FSE total do PO e a 0,1 do montante de FSE aprovado até à data no PO.

relativização dos apoios executados do PO VT pela área da região, para o qual contribuem as grandes infraestruturas da conectividade, designadamente, os projetos do Metro do Porto, da Autoestrada Transmontana e do Túnel do Marão.

Para além da execução cujo investimento é diretamente imputável a cada uma das regiões convergência, há investimento executado que não se encontra afeto exclusivamente a uma das regiões, sendo classificado como multiregional convergência ou não regionalizado, representando 4% do montante total executado até final de março de 2015.

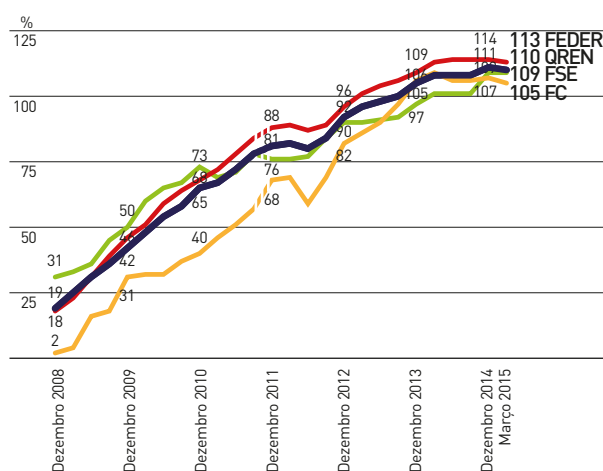
Exemplos de tipologias de projetos nesta situação, nos três PO Temáticos, para além das operações associadas à Assistência Técnica dos próprios PO, são: no PO PH, as bolsas de doutoramento em instituições estrangeiras no âmbito da formação avançada (eixo 4) ou o programa de estágios internacionais de jovens quadros no âmbito do INOV Contacto (eixo 5); no PO FC, os projetos que abrangem duas ou mais regiões convergência no âmbito dos sistemas de incentivos a empresas (eixo 1 e eixo 2), do sistema de apoio à modernização administrativa (eixo 4), ou do sistema de apoio a ações coletivas (eixo 5); e no PO VT, o projeto de equipamentos terminais de comunicação de tecnologia digital TETRA do SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal), ou o Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015, intervenções maioritariamente previstas nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).

Nível de compromisso das verbas do QREN com ligeira redução face ao trimestre anterior

No final de março de 2014, 110% das verbas do QREN estavam comprometidas para financiamento dos projetos aprovados nos diversos PO, menos 1 p.p. que no final de 2014.

A taxa de compromisso acima de 100% é comum no final dos ciclos de programação e traduz uma prática de gestão que procura assegurar a total absorção dos recursos disponíveis, tendo em conta a expetável libertação de verbas nas operações aprovadas, quer por cancelamento de algumas operações, quer por conclusão das mesmas em valores inferiores aos inicialmente aprovados.

Evolução trimestral da taxa de compromisso por Fundos

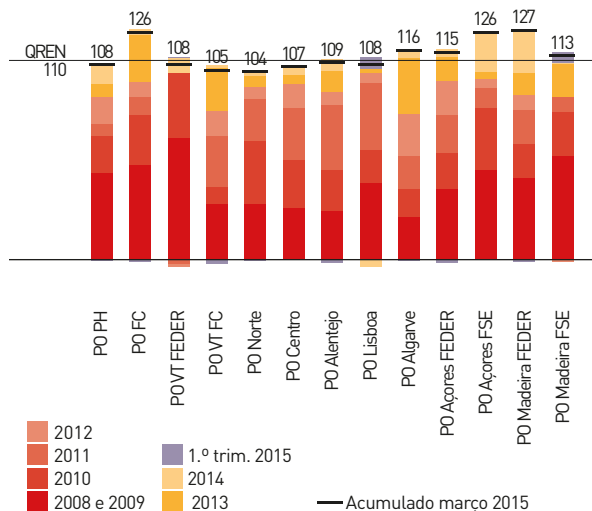


A redução do valor no fundo aprovado, no montante líquido de 174 M€, resulta do facto de as novas aprovações efetuadas não terem compensado as reduções no fundo comprometido decorrentes de anulações de aprovações, rescisões de contratos ou de encerramento de operações com valores abaixo do aprovado.

Já considerando os aumentos e as reduções de fundo comprometido referidas, os maiores acréscimos verificaram-se no PO Lisboa (com acréscimo líquido de 21 M€, referente maioritariamente a infraestruturas científicas e tecnológicas, de saúde, da rede escolar bem como a operações enquadradas em parcerias para a regeneração urbana), no PO Madeira FSE (com acréscimo líquido de 8 M€, destacando-se os apoios a medidas de inserção no mercado de trabalho e combate ao desemprego bem como à qualificação profissional de jovens) e no PO Açores FSE (com acréscimo líquido de 2 M€, maioritariamente referente a cursos de dupla certificação e formação para a empregabilidade).

As maiores reduções do fundo comprometido referem-se ao PO VT vertente FC (redução de 67 M€, afetos maioritariamente a reduções de fundo na operação do Túnel do Marão), ao PO PH (redução de 44 M€, referente maioritariamente a bolsas de formação avançada, cujos projetos encerraram com níveis de execução abaixo do aprovado) e ao PO FC (redução de 42 M€, concentrados nos sistemas de incentivos às empresas, quer pela via de rescisões de contratos quer pela via do

Evolução da taxa de compromisso por Programa Operacional (%)



encerramento de operações com execução financeira abaixo dos valores aprovados).

No final do primeiro trimestre de 2015 todos os PO tinham a dotação totalmente comprometida, encontrando-se com níveis de compromisso superiores a 100%. Entre estes, são de destacar as taxas de compromisso do PO Madeira FEDER (127%), do PO FC (126%) e do PO Açores FSE (126%).

O compromisso registado no final de março de 2015 representa um volume de 62.360 operações aprovadas, as quais implicam um investimento total de 39 mil M€ e uma comparticipação de fundos comunitários prevista de 24 mil M€. A despesa pública (fundos comunitários mais contrapartida pública nacional) associada às candidaturas aprovadas é de 29 mil M€.

Até final do primeiro trimestre de 2015, foram submetidas mais de 136 mil candidaturas ao conjunto dos PO, com metade deste volume global de candidaturas concentrado no PO PH, com quase 68 mil candidaturas apresentadas.

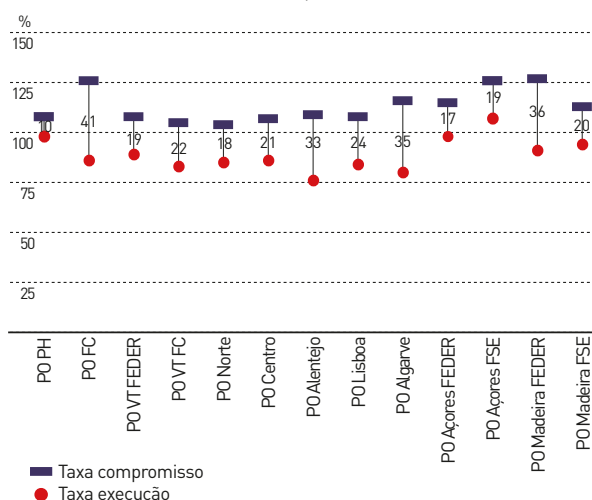
Forte redução do diferencial entre compromisso e execução

Em março de 2015, o diferencial entre compromisso e execução no QREN era de 21 p.p., inferior ao registado no final de 2014 (25 p.p.), sendo que esta redução foi

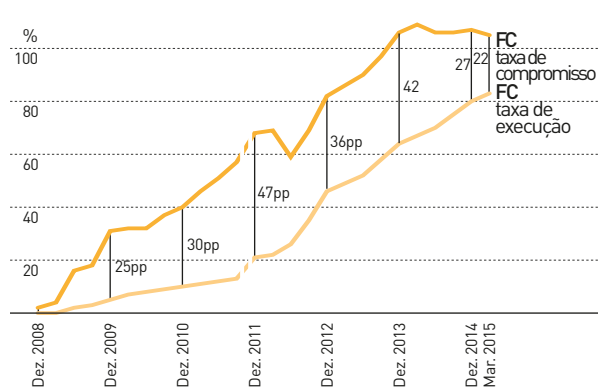
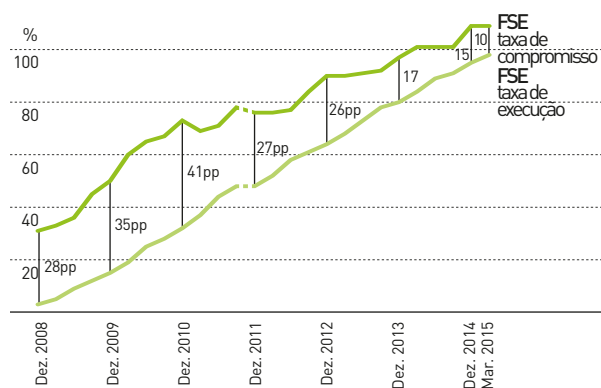
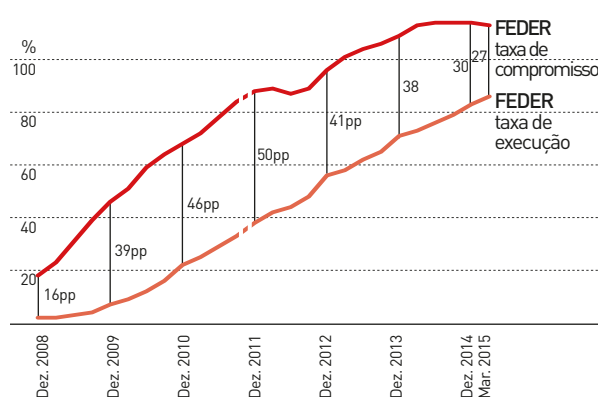
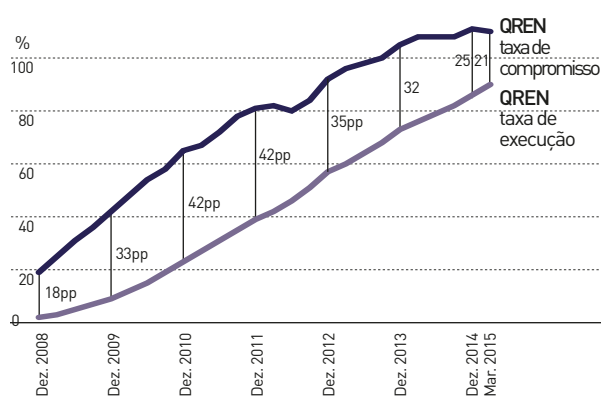
mais acentuada no FSE e no Fundo de Coesão (menos 5 p.p.). O diferencial é mais acentuado no FEDER (27 p.p.) que no FC (22 p.p.) e no FSE (10 p.p.).

A redução deste diferencial em relação ao final de 2014 verificou-se na maioria dos PO, tendo sido mais acentuada no PO FC (menos 5,7 p.p.), PO Açores FSE (menos 5,3) e PO VT vertente FC (menos 5,0 p.p.), reduções estas muito influenciadas pela redução nos valores do fundo comprometido. Contudo, a situação mantém-se bastante diferenciada, com os maiores diferenciais a registarem-se nos PO que integram sistemas de incentivos às empresas, onde é necessário assumir níveis mais elevados de *overbooking*. Nos PO Regionais do Continente o diferencial registado situa-se entre os 18 p.p. no PO Norte e os 35 p.p. no PO Algarve.

Diferencial entre taxas de compromisso e taxas de execução por Programa Operacional
(31 março 2015)



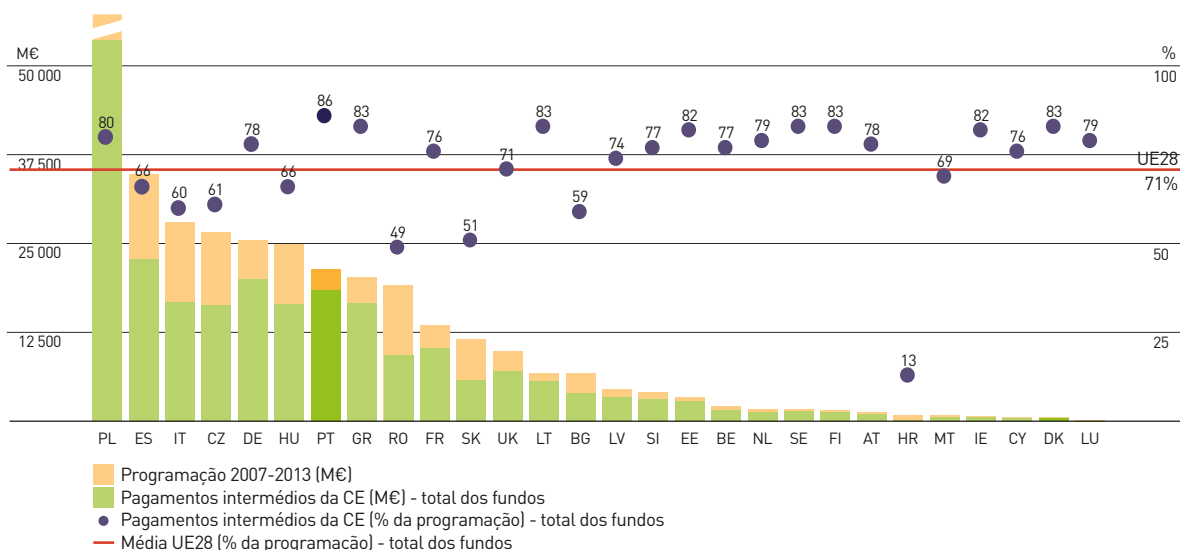
Evolução do diferencial entre a taxa de compromisso e a taxa de execução



Pagamentos da Comissão Europeia aos 28 Estados-Membros (31 março 2015)

Do montante de 241 mil M€ de pagamentos intermédios efetuados pela Comissão Europeia aos Estados-membros, 18 mil M€ destinaram-se a Portugal (8% do total), sendo 6 mil M€ de FSE e 12 mil M€ de FEDER e Fundo de Coesão. Portugal continua, assim, a integrar o grupo dos 4 países com maiores volumes de transferências totais da CE a título de pagamentos intermédios - conjuntamente com a Polónia (54 mil M€), a Espanha (23 mil M€) e a Alemanha (20 mil M€). Portugal detém a maior taxa de absorção global dos Fundos. O nível de pagamentos intermédios efetuados pela CE a Portugal, até 31 de março de 2015, corresponde a 86% do respetivo envelope financeiro e situa-se acima da média da UE28, de 71%*. Esta taxa é diferenciada consoante o fundo em análise mas situa-se sempre acima da média comunitária sendo a mais elevada nos fundos analisados: no FSE, os pagamentos executados representam 88% da dotação programada deste fundo no QREN (o que compara com a média UE28 de 73%); e no FEDER e Fundo de Coesão, os pagamentos representam 85% da dotação destes fundos programada no QREN (média UE28 de 71%).

Pagamentos intermédios da CE



* A dotação programada para os EM foi atualizada (para incorporar reprogramações entre fundos e revisões intercalares) pelo que, apesar de se tratarem de alterações pouco significativas, a informação agora disponibilizada não é totalmente comparável com análises anteriores.



Informação

Processo de Seleção

Programa Operacional / Fundo	Dotação de Fundo	Total de concursos/periódos de candidatura			Concursos/periódos de candidatura em aberto		Concursos/periódos de candidatura encerrados		Tempos médios de decisão*		
		Número	mil euros	Fundo comunitário a concurso	Número	Fundo comunitário a concurso	Número	Fundo comunitário a concurso	Dos quais, Decididos	Previsto	Efectivo
	mil euros		mil euros	% da Dotação de Fundo		mil euros		mil euros	Nº	dias	dias
QREN	21 411 561	2 708	16 782 893	n.a.	97	34 400	2 606	16 748 493	2 432	79	130
PO Temáticos	13 969 342	649	10 014 025	n.a.	8	0	641	10 014 025	597	83	137
PO Potencial Humano - FSE	6 453 009	285	n.a.	n.a.	0	n.a.	285	n.a.	283	60	109
PO Fatores de Competitividade - FEDER	3 173 789	217	3 128 635	99%	8	0	209	3 128 635	192	80	125
PO Valorização do Território - FEDER e FC	4 342 544	147	6 885 390	159%	0	0	147	6 885 390	122	109	177
PO Regionais do Continente	5 693 853	1 664	6 768 869	119%	11	34 400	1 653	6 734 469	1 525	79	157
PO Norte - FEDER	2 661 645	450	2 933 828	110%	3	0	447	2 933 828	378	84	225
PO Centro - FEDER	1 696 633	436	1 796 009	106%	0	0	436	1 796 009	411	75	180
PO Alentejo - FEDER	853 934	449	1 286 971	151%	1	0	448	1 286 971	433	80	179
PO Lisboa - FEDER	306 689	120	427 383	139%	3	23 000	117	404 383	114	81	99
PO Algarve - FEDER	174 952	209	324 677	186%	4	11 400	205	313 277	189	74	103
PO Regiões Autónomas	1 602 277	391	n.a.	n.a.	74	n.a.	312	n.a.	310	92	121
PO Açores - FEDER	966 349	36	n.a.	n.a.	36	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	126	150
PO Açores - FSE	190 000	205	n.a.	n.a.	0	n.a.	205	n.a.	203	60	94
PO Madeira - FEDER	310 549	43	n.a.	n.a.	38	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	90	172
PO Madeira - FSE	135 379	107	n.a.	n.a.	0	n.a.	107	n.a.	107	90	69
PO de Assistência Técnica	146 088	4	n.a.	n.a.	4	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	50	68
PO Assistência Técnica - FEDER	71 088	4	n.a.	n.a.	4	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	40	48
PO Assistência Técnica - FSE	75 000	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	60	88

* No caso específico do PO Assistência Técnica FSE o tempo médio de decisão tem em conta que a comunicação da decisão aos beneficiários é feita após homologação da tutela.

Programa Operacional / Fundo	Candidaturas apresentadas			Candidaturas aprovadas*					
	Número	Investimento / custo total previsto	Investimento / custo médio por candidatura	Número	Investimento / custo total	Investimento / custo elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento / custo médio por candidatura
		mil euros	mil euros		mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros
QREN	136 874	100 029 490	731	67 420	51 142 535	44 377 097	34 787 473	28 453 256	759
PO Temáticos	90 884	67 475 623	742	42 071	33 573 885	30 375 766	23 163 160	18 879 708	798
PO Potencial Humano - FSE	67 986	30 849 939	454	32 972	11 904 092	11 904 092	11 640 345	8 605 932	361
PO Fatores de Competitividade - FEDER	20 692	24 233 197	1 171	7 810	13 822 254	12 054 555	5 370 166	5 022 503	1 770
PO Valorização do Território - FEDER e FC	2 206	12 392 487	5 618	1 289	7 847 539	6 417 119	6 152 649	5 251 272	6 088
PO Regionais do Continente	35 005	26 767 492	765	17 939	13 814 934	10 516 458	8 963 874	7 353 107	770
PO Norte - FEDER	17 447	11 094 953	636	8 386	5 320 226	4 384 471	3 847 051	3 222 189	634
PO Centro - FEDER	9 498	7 712 453	812	5 266	4 837 414	3 159 522	2 764 731	2 308 011	919
PO Alentejo - FEDER	4 146	3 441 259	830	2 494	1 943 103	1 670 343	1 402 765	1 194 214	779
PO Lisboa - FEDER	2 473	3 422 110	1 384	1 009	1 122 524	839 524	630 710	393 436	1 113
PO Algarve - FEDER	1 441	1 096 717	761	784	591 666	462 597	318 616	235 257	755
PO Regiões Autónomas	10 212	5 523 211	541	7 054	3 550 409	3 283 572	2 460 579	2 051 094	503
PO Açores - FEDER	3 025	2 543 700	841	1 689	1 637 783	1 533 475	1 319 347	1 113 969	970
PO Açores - FSE	1 602	537 469	335	989	362 989	362 989	362 190	306 872	367
PO Madeira - FEDER	4 058	2 018 033	497	3 482	1 309 511	1 146 981	540 619	439 360	376
PO Madeira - FSE	1 527	424 009	278	894	240 127	240 127	238 423	190 893	269
PO de Assistência Técnica	773	263 164	340	356	203 306	201 300	199 860	169 347	571
PO Assistência Técnica - FEDER	106	99 288	937	100	98 950	96 944	96 944	81 868	989
PO Assistência Técnica - FSE	667	163 876	246	256	104 357	104 357	102 917	87 479	408

* Na ótica do processo de seleção, os Programas de Ação (programas integrados que envolvem várias operações da responsabilidade de diversos parceiros, as quais devem corresponder a intervenções coerentes entre si e integradas), são contabilizados como unidades de análise. Assim sendo, as operações individuais que corporizam os referidos Programas de Ação não estão isoladamente consideradas.

Programa Operacional / Fundo	Taxa de admissibilidade		Taxa de aprovação bruta		Taxa de aprovação líquida		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação	
	Candidaturas	Investimento / custo total	Candidaturas	Investimento / custo total	Candidaturas	Investimento / custo total	Número	Fundo comunitário	Candidaturas	Fundo Comunitário
	%	%	%	%	%	%		mil euros	%	%
QREN	86%	86%	61%	64%	76%	83%	64 406	28 082 844	96%	99%
PO Temáticos	85%	87%	52%	59%	65%	78%	41 509	19 042 511	99%	101%
PO Potencial Humano - FSE	95%	95%	49%	39%	52%	52%	32 965	9 605 193	100%	112%
PO Fatores de Competitividade - FEDER	90%	86%	39%	70%	44%	86%	7 303	4 655 661	94%	93%
PO Valorização do Território - FEDER e FC	70%	79%	67%	67%	98%	96%	1 241	4 781 658	96%	91%
PO Regionais do Continente	72%	69%	57%	57%	81%	85%	15 740	6 840 998	88%	93%
PO Norte - FEDER	73%	72%	54%	54%	79%	84%	7 388	3 055 825	88%	95%
PO Centro - FEDER	74%	81%	61%	68%	83%	86%	4 522	2 122 757	86%	92%
PO Alentejo - FEDER	72%	72%	66%	66%	94%	97%	2 253	1 081 158	90%	91%
PO Lisboa - FEDER	71%	55%	44%	35%	62%	67%	900	374 025	89%	95%
PO Algarve - FEDER	71%	67%	60%	60%	85%	92%	677	207 234	86%	88%
PO Regiões Autónomas	98%	99%	67%	67%	80%	84%	6 802	2 030 427	96%	99%
PO Açores - FEDER	95%	96%	61%	75%	99%	100%	1 680	1 113 452	99%	100%
PO Açores - FSE	98%	99%	62%	68%	65%	82%	973	297 591	98%	97%
PO Madeira - FEDER	99%	100%	86%	65%	94%	85%	3 255	428 490	93%	98%
PO Madeira - FSE	99%	99%	59%	58%	60%	70%	894	190 893	100%	100%
PO de Assistência Técnica	99%	99%	70%	83%	70%	84%	355	168 908	100%	100%
PO Assistência Técnica - FEDER	100%	100%	100%	100%	100%	100%	99	81 429	99%	99%
PO Assistência Técnica - FSE	99%	99%	40%	66%	41%	68%	256	87 479	100%	100%

Execução Financeira

Programa Operacional / Fundo	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Número	Operações Aprovadas* (AP)			
	Financiamento Total	Despesa Pública	Fundo Comunitário		Investimento/ custo total	Investimento/ custo elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário
	mil euros	mil euros	mil euros		mil euros	mil euros	mil euros	mil euros
QREN	28 671 708	25 807 127	21 411 561	62 360	39 201 048	35 062 806	28 724 125	23 656 615
FSE	9 241 326	9 198 326	6 853 388	35 111	10 192 963	10 192 963	9 941 053	7 449 197
FEDER	15 830 423	13 155 064	11 498 207	26 263	24 037 101	21 005 514	15 046 417	12 987 187
Fundo de Coesão	3 599 959	3 453 737	3 059 966	986	4 970 984	3 864 328	3 736 655	3 220 231
PO Temáticos	19 406 140	17 086 924	13 969 342	40 858	26 069 344	23 647 925	19 079 883	15 596 432
PO Potencial Humano - FSE	8 714 712	8 714 712	6 453 009	32 972	9 630 665	9 630 665	9 381 829	6 984 670
PO Fatores de Competitividade - FEDER	5 582 552	3 409 558	3 173 789	6 661	9 657 621	8 500 023	4 308 490	4 008 583
PO Valorização do Território - FEDER e FC	5 108 876	4 962 653	4 342 544	1 225	6 781 059	5 517 237	5 389 564	4 603 178
PO Valorização do Território - FEDER	1 508 916	1 508 916	1 282 579	239	1 810 075	1 652 909	1 652 909	1 382 947
PO Valorização do Território - FC	3 599 959	3 453 737	3 059 966	986	4 970 984	3 864 328	3 736 655	3 220 231
PO Regionais do Continente	7 044 445	6 542 079	5 693 853	14 601	9 712 352	8 247 441	7 207 805	6 025 316
PO Norte - FEDER	3 215 062	3 045 870	2 661 645	6 432	4 351 623	3 658 177	3 285 792	2 755 520
PO Centro - FEDER	2 108 666	1 906 666	1 696 633	4 409	2 720 324	2 314 823	2 071 423	1 807 627
PO Alentejo - FEDER	1 043 013	961 839	853 934	2 153	1 389 181	1 224 252	1 089 262	929 391
PO Lisboa - FEDER	421 878	421 878	306 689	972	756 620	649 115	485 454	330 564
PO Algarve - FEDER	255 826	205 826	174 952	635	494 604	401 074	275 875	202 213
PO Regiões Autónomas	2 049 255	2 006 255	1 602 277	6 545	3 256 350	3 008 226	2 278 218	1 900 367
PO Açores - FEDER	1 190 905	1 190 905	966 349	1 689	1 637 783	1 533 475	1 319 347	1 113 969
PO Açores - FSE	266 353	226 353	190 000	989	284 550	284 550	283 825	239 873
PO Madeira - FEDER	419 972	419 972	310 549	2 973	1 141 128	997 311	483 510	393 155
PO Madeira - FSE	172 025	169 025	135 379	894	192 890	192 890	191 536	153 371
PO Assistência Técnica	171 868	171 868	146 088	356	163 002	159 214	158 219	134 501
PO Assistência Técnica - FEDER	83 633	83 633	71 088	100	78 143	74 355	74 355	63 216
PO Assistência Técnica - FSE	88 235	88 235	75 000	256	84 859	84 859	83 864	71 284

* Na ótica da execução financeira, não são considerados os Programas de Ação, mas apenas as operações concretas que os integram.

Programa Operacional / Fundo	Despesa validada (VAL)			Pagamentos aos beneficiários (PG)	Despesa certificada à CE (CT)	
	Investimento/custo elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário		Investimento / custo elegível	Fundo Comunitário
	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros
QREN	27 885 747	23 487 435	19 184 681	19 448 163	26 098 412	18 725 140
FSE	9 193 054	9 029 656	6 736 743	6 767 132	8 457 534	6 174 130
FEDER	15 672 935	11 559 382	9 914 679	10 287 871	14 723 571	9 873 540
Fundo de Coesão	3 019 759	2 898 396	2 533 259	2 393 161	2 917 307	2 677 470
PO Temáticos	18 876 089	15 724 991	12 731 904	12 842 119	17 740 369	12 277 417
PO Potencial Humano - FSE	8 713 400	8 553 060	6 340 789	6 372 454	8 008 178	5 803 592
PO Fatores de Competitividade - FEDER	5 776 270	2 906 874	2 717 362	2 937 494	5 490 897	2 697 799
PO Valorização do Território - FEDER e FC	4 386 418	4 265 056	3 673 754	3 532 171	4 241 295	3 776 026
PO Valorização do Território - FEDER	1 366 660	1 366 660	1 140 494	1 139 010	1 323 988	1 098 556
PO Valorização do Território - FC	3 019 759	2 898 396	2 533 259	2 393 161	2 917 307	2 677 470
PO Regionais do Continente	6 413 544	5 743 129	4 772 360	4 927 475	5 990 255	4 902 370
PO Norte - FEDER	2 970 124	2 730 509	2 272 029	2 357 440	2 705 867	2 325 189
PO Centro - FEDER	1 841 045	1 676 678	1 452 757	1 450 681	1 745 378	1 464 366
PO Alentejo - FEDER	851 608	767 094	649 982	709 071	821 896	705 170
PO Lisboa - FEDER	478 771	383 078	256 874	261 913	463 223	254 562
PO Algarve - FEDER	271 995	185 770	140 718	148 370	253 890	153 083
PO Regiões Autónomas	2 454 064	1 878 259	1 560 658	1 557 881	2 229 599	1 423 624
PO Açores - FEDER	1 248 179	1 124 091	948 035	946 550	1 077 271	845 555
PO Açores - FSE	242 061	241 337	203 797	199 423	220 117	185 274
PO Madeira - FEDER	804 023	354 369	281 944	282 886	778 614	270 980
PO Madeira - FSE	159 801	158 462	126 881	129 022	153 597	121 814
PO Assistência Técnica	142 051	141 055	119 759	120 688	138 189	121 729
PO Assistência Técnica - FEDER	64 259	64 259	54 483	54 455	62 547	58 279
PO Assistência Técnica - FSE	77 792	76 796	65 277	66 233	75 642	63 450

Programa Operacional / Fundo	Indicadores financeiros (Fundo)						
	Taxa de compromisso	Taxa de execução	Taxa de realização	Taxa de pagamento	Taxa de certificação	Taxa de reembolso	Rácio
	[AP/PR]*	[VAL/PR]	[VAL/AP]*	[PG/AP]*	do fundo programado	[PG/VAL]	pagamento/programado
	%	%	%	%	[CT/PR]	%	%
QREN	110%	90%	81%	82%	87%	101%	91%
FSE	109%	98%	90%	91%	90%	100%	99%
FEDER	113%	86%	76%	79%	86%	104%	89%
Fundo de Coesão	105%	83%	79%	74%	87%	94%	78%
PO Temáticos	112%	91%	82%	82%	88%	101%	92%
PO Potencial Humano - FSE	108%	98%	91%	91%	90%	100%	99%
PO Fatores de Competitividade - FEDER	126%	86%	68%	73%	85%	108%	93%
PO Valorização do Território - FEDER e FC	106%	85%	80%	77%	87%	96%	81%
PO Valorização do Território - FEDER	108%	89%	82%	82%	86%	100%	89%
PO Valorização do Território - FC	105%	83%	79%	74%	87%	94%	78%
PO Regionais do Continente	106%	84%	79%	82%	86%	103%	87%
PO Norte - FEDER	104%	85%	82%	86%	87%	104%	89%
PO Centro - FEDER	107%	86%	80%	80%	86%	100%	86%
PO Alentejo - FEDER	109%	76%	70%	76%	83%	109%	83%
PO Lisboa - FEDER	108%	84%	78%	79%	83%	102%	85%
PO Algarve - FEDER	116%	80%	70%	73%	88%	105%	85%
PO Regiões Autónomas	119%	97%	82%	82%	89%	100%	97%
PO Açores - FEDER	115%	98%	85%	85%	87%	100%	98%
PO Açores - FSE	126%	107%	85%	83%	98%	98%	105%
PO Madeira - FEDER	127%	91%	72%	72%	87%	100%	91%
PO Madeira - FSE	113%	94%	83%	84%	90%	102%	95%
PO Assistência Técnica	92%	82%	89%	90%	83%	101%	83%
PO Assistência Técnica - FEDER	89%	77%	86%	86%	82%	100%	77%
PO Assistência Técnica - FSE	95%	87%	92%	93%	85%	101%	88%

* Desde a edição de Dezembro de 2010 que os indicadores relativos às aprovações deixaram de contabilizar os montantes associados aos Programas de Ação.

	Operações aprovadas (AP)					Despesa validada				
	Investimento/custo total	Investimento/custo elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	% em coluna	Investimento/custo elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	% em coluna	Taxa de realização de fundo (EX/AP)
	(mil euros)	(mil euros)	(mil euros)	(mil euros)		(mil euros)	(mil euros)	(mil euros)		%
QREN	39 201 048	35 062 806	28 724 125	23 656 615	100%	27 885 747	23 487 435	19 184 681	100%	81%
Norte	15 331 291	13 641 270	11 485 393	9 487 741	40%	11 088 971	9 557 153	7 822 757	41%	82%
Centro	10 764 705	9 674 045	7 758 994	6 480 599	27%	7 672 612	6 315 285	5 214 289	27%	80%
Alentejo	5 567 842	4 990 838	3 780 901	3 221 663	14%	3 653 870	2 938 547	2 484 157	13%	77%
Lisboa	1 733 773	1 450 461	1 261 994	889 735	4%	1 182 613	1 062 330	744 741	4%	84%
Algarve	863 536	719 952	588 596	435 785	2%	521 301	428 963	320 286	2%	73%
Açores	2 047 964	1 937 172	1 722 320	1 455 117	6%	1 583 706	1 458 894	1 231 278	6%	85%
Madeira	1 622 115	1 467 577	952 409	782 285	3%	1 168 655	717 649	582 918	3%	75%
Multirregional convergência	1 229 785	1 141 804	1 133 833	864 833	4%	981 385	975 978	752 007	4%	87%
Não regionalizado	40 038	39 685	39 685	38 856	0%	32 634	32 634	32 248	0,2%	83%
PO Potencial Humano	9 630 665	9 630 665	9 381 829	6 984 670	100%	8 713 400	8 553 060	6 340 789	100%	91%
Norte	4 621 213	4 621 213	4 509 812	3 393 527	49%	4 179 586	4 113 426	3 077 584	49%	91%
Centro	2 895 029	2 895 029	2 809 334	2 111 880	30%	2 585 353	2 535 651	1 895 362	30%	90%
Alentejo	978 985	978 985	957 183	707 076	10%	890 843	876 177	644 591	10%	91%
Lisboa	381 340	381 340	357 574	180 933	3%	340 152	316 473	160 135	3%	89%
Algarve	147 855	147 855	141 723	102 905	1%	135 598	129 507	94 050	1%	91%
Multirregional convergência	606 244	606 244	606 203	488 349	7%	581 868	581 827	469 066	7%	96%
Não regionalizado	0	0	0	0	0%	0	0	0	0%	0%
PO Fatores de Competitividade	9 657 621	8 500 023	4 308 490	4 008 583	100%	5 776 270	2 906 874	2 717 362	100%	68%
Norte	3 834 342	3 424 496	1 872 781	1 788 153	45%	2 399 956	1 290 050	1 238 413	46%	69%
Centro	3 590 080	3 107 323	1 526 573	1 455 449	36%	2 163 850	1 024 014	980 737	36%	67%
Alentejo	1 853 821	1 659 426	607 332	578 934	14%	1 003 014	387 770	372 053	14%	64%
Multirregional convergência	379 378	308 778	301 803	186 047	5%	209 450	205 041	126 159	5%	68%
Não regionalizado	0	0	0	0	0%	0	0	0	0%	0%
PO Valorização do Território	6 781 059	5 517 237	5 389 564	4 603 178	100%	4 386 418	4 265 056	3 673 754	100%	80%
Norte	2 524 113	1 937 384	1 817 007	1 550 541	34%	1 539 305	1 423 169	1 234 730	34%	80%
Centro	1 559 272	1 356 870	1 351 664	1 105 643	24%	1 082 364	1 078 942	885 432	24%	80%
Alentejo	1 345 855	1 128 174	1 127 124	1 006 262	22%	908 404	907 506	817 532	22%	81%
Lisboa	592 275	416 570	415 547	375 332	8%	360 645	359 750	325 161	9%	87%
Algarve	218 933	168 944	168 927	128 907	3%	111 866	111 854	83 964	2%	65%
Açores (Fundo de Coesão)	125 632	119 148	119 148	101 276	2%	93 466	93 466	79 446	2%	78%
Madeira (Fundo de Coesão)	285 088	274 460	274 460	233 291	5%	202 252	202 252	171 914	5%	74%
Multirregional convergência	89 852	76 002	76 002	63 072	1%	55 482	55 482	43 326	1%	69%
Não regionalizado	40 038	39 685	39 685	38 856	1%	32 634	32 634	32 248	1%	83%
PO Regionais	12 968 702	11 255 667	9 486 024	7 925 683	100%	8 867 608	7 621 389	6 333 018	100%	80%
Norte	4 351 623	3 658 177	3 285 792	2 755 520	35%	2 970 124	2 730 509	2 272 029	36%	82%
Centro	2 720 324	2 314 823	2 071 423	1 807 627	23%	1 841 045	1 676 678	1 452 757	23%	80%
Alentejo	1 389 181	1 224 252	1 089 262	929 391	12%	851 608	767 094	649 982	10%	70%
Lisboa	756 620	649 115	485 454	330 564	4%	478 771	383 078	256 874	4%	78%
Algarve	494 604	401 074	275 875	202 213	3%	271 995	185 770	140 718	2%	70%
Açores - FEDER	1 637 783	1 533 475	1 319 347	1 113 969	14%	1 248 179	1 124 091	948 035	15%	85%
Açores - FSE	284 550	284 550	283 825	239 873	3%	242 061	241 337	203 797	3%	85%
Madeira - FEDER	1 141 128	997 311	483 510	393 155	5%	804 023	354 369	281 944	4%	72%
Madeira - FSE	192 890	192 890	191 536	153 371	2%	159 801	158 462	126 881	2%	83%
PO Assistência Técnica FEDER	78 143	74 355	74 355	63 216	100%	64 259	64 259	54 483	100%	86%
PO Assistência Técnica FSE	84 859	84 859	83 864	71 284	100%	77 792	76 796	65 277	100%	92%

Indicadores de realização

Agenda Potencial Humano

Programa Operacional	Estabelecimentos de ensino apoiados (centros escolares do 1º ciclo do ensino básico)	Estabelecimentos de ensino apoiados (escolas do 2º e 3º ciclo do ensino básico)	Estabelecimentos de ensino apoiados (escolas do ensino secundário)	Estabelecimentos de ensino apoiados (universidades)	Estabelecimentos de ensino apoiados (centros de formação)	N.º de formandos em modalidades de dupla certificação	N.º de formandos noutras modalidades de formação	N.º de adultos abrangidos por Centros Novas Oportunidades / em processo RVCC	N.º de bolsiros em acções de formação avançada	N.º de diplomados	N.º de adultos que obtiveram competências escolares e/ou profissionais certificadas	N.º de estágios apoiados	N.º de abrangidos em situação de desfavorecimento
n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º
QREN	793	59	122	28	7	667 191	1 420 645	877 191	12 745	317 398	406 529	246 826	148 440
FSE	—	—	—	—	—	667 191	1 420 645	877 191	12 745	317 398	406 529	246 826	148 440
FEDER	793	59	122	28	7	—	—	—	—	—	—	—	—
Fundo de Coesão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Temáticos	—	—	114	26	0	633 144	1 315 931	858 228	11 665	300 751	401 399	233 830	147 231
PO Potencial Humano - FSE	—	—	—	—	—	633 144	1 315 931	858 228	11 665	300 751	401 399	233 830	147 231
PO Fatores de Competitividade - FEDER	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Valorização do Território - FEDER e FC	—	—	114	26	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Valorização do Território - FEDER	—	—	114	26	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Valorização do Território - FC	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Regionais do Continente	733	55	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Norte - FEDER	364	25	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Centro - FEDER	222	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Alentejo - FEDER	72	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Lisboa - FEDER	58	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Algarve - FEDER	17	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Regiões Autónomas	60	4	8	2	7	34 047	104 714	18 963	1 080	16 647	5 130	12 996	1 209
PO Açores - FEDER	52	2	7	2	5	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Açores - FSE	—	—	—	—	—	23 042	37 651	11 126	274	10 701	2 386	7 931	—
PO Madeira - FEDER	8	2	1	0	2	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Madeira - FSE	—	—	—	—	—	11 005	67 063	7 837	806	5 946	2 744	5 065	1 209

— Não aplicável

Nota:

N.º de formandos em modalidades de dupla certificação:

- Inclui Sistema de Aprendizagem, Escolas de Turismo, Ensino Profissional, Cursos de Educação e Formação de Jovens, Cursos de Especialização Tecnológica e Cursos de Educação e Formação de Adultos;
- No caso de formação de longa duração, organizada em anos curriculares (ex: sistema de aprendizagem, ensino profissional), o número de formandos abrangido ou previsto abranger refere-se aos formandos que iniciaram o ciclo de formação e não a cada um dos anos do curso.

Nº de bolsiros em acções de formação avançada:

- Nº de bolsiros que estão a realizar ou já concluíram acções de formação avançada (p.ex. doutoramento e pós-doutoramento).

Estabelecimentos de ensino apoiados (centros escolares do 1º ciclo do ensino básico):

- PO Centro - O número apresentado neste indicador sofreu uma redução decorrente de rescisão de projetos/desistências, posteriores ao processo de decisão.

N.º de formandos noutras modalidades de formação:

- PO PH - A revisão da quantificação do indicador "em baixa" decorre do reajuste dos valores das candidaturas concluídas em função dos valores realizados.
- PO Madeira FSE - A revisão da quantificação do indicador "em baixa" decorre do reajuste dos valores das candidaturas concluídas em função dos valores realizados.

Agenda Fatores de Competitividade

Programa Operacional	Empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Investimento total previsto nos projetos de apoio a empresas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Investimento elegível previsto nos projetos de apoio a empresas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira	Investimento total em I&D	Ações coletivas apoiadas	Lojas do cidadão /centros multi-serviços/balcão único apoiados
	n.º	mil euros	mil euros	n.º	n.º	n.º	mil euros	n.º	n.º
QREN	13 841	11 166 712	9 622 215	2 120	919	5 569	2 380 180	1 277	2 013
FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	—
FEDER	13 841	11 166 712	9 622 215	2 120	919	5 569	2 380 180	1 277	2 013
Fundo de Coesão	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Temáticos	6 134	7 719 551	6 721 922	201	73	3 503	1 347 958	406	1 785
PO Potencial Humano - FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Fatores de Competitividade - FEDER	6 134	7 719 551	6 721 922	201	73	3 503	1 347 958	406	1 785
PO Valorização do Território - FEDER e FC	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Valorização do Território - FEDER	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Valorização do Território - FC	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Regionais do Continente	6 370	2 717 926	2 313 622	1 355	618	656	1 009 202	794	201
PO Norte - FEDER	2 959	1 133 701	970 611	749	331	—	437 632	67	81
PO Centro - FEDER	1 906	693 499	602 694	450	186	—	357 687	680	6
PO Alentejo - FEDER	824	337 527	287 352	30	20	—	37 094	35	49
PO Lisboa - FEDER	308	345 688	268 715	28	26	523	165 941	4	33
PO Algarve - FEDER	373	207 512	184 250	98	55	133	10 848	8	32
PO Regiões Autónomas	1 337	729 235	586 671	564	228	1 410	23 020	77	27
PO Açores - FEDER	898	441 488	399 529	375	139	527	6 201	—	26
PO Açores - FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Madeira - FEDER	439	287 747	187 142	189	89	883	16 819	77	1
PO Madeira - FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	—

— Não aplicável

Nota:

Empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento:

- PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve e PO Madeira FEDER - O número apresentado neste indicador sofreu uma redução decorrente de rescisão de projetos/desistências, reprogramações e encerramentos de operações com valores abaixo do aprovado.

Investimento total previsto nos projetos de apoio a empresas e Investimento elegível previsto nos projetos de apoio a empresas:

- PO FC, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa e PO Algarve - O valor deste indicador sofreu uma redução decorrente de rescisão de projetos/desistências, posteriores ao processo de decisão, bem como devido a reprogramações e encerramentos de operações com valores abaixo do aprovado.

Novas empresas/start-up apoiadas e Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia:

- PO FC, PO Norte, PO Centro, PO Algarve e PO Madeira FEDER - O número apresentado neste indicador sofreu uma redução decorrente de rescisão de projetos/desistências, posteriores ao processo de decisão.

Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira:

- PO Algarve - O número apresentado neste indicador sofreu uma redução decorrente de rescisão de projetos/desistências, posteriores ao processo de decisão.

Investimento total em I&D:

- PO FC, PO Norte, PO Centro, PO Lisboa e PO Alentejo - O valor deste indicador sofreu uma redução decorrente de rescisão de projetos/desistências, posteriores ao processo de decisão.

Ações coletivas apoiadas:

- PO FC e PO Centro - O número apresentado neste indicador sofreu uma redução decorrente de rescisão de projetos/desistências, posteriores ao processo de decisão.

Agenda Valorização do Território

Programa Operacional	Km de novas estradas e estradas a reabilitar/intervencionar	Km de nova ferrovia ou de ferrovia a reabilitar/intervencionar	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta	Km de coletores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)	Projetos de prevenção de riscos	Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento (saúde)	Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento (cultura)	Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento (desporto)	Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento (sociais)
	km	km	km	km	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º
QREN	4 218	445	3 028	6 013	635	161	193	474	408
FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	179
FEDER	4 048	0	140	52	145	161	193	474	229
Fundo de Coesão	169	445	2 888	5 961	490	—	—	—	—
PO Temáticos	169	445	2 888	5 961	490	0	7	84	179
PO Potencial Humano - FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	179
PO Fatores de Competitividade - FEDER	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Valorização do Território - FEDER e FC	169	445	2 888	5 961	490	0	7	84	0
PO Valorização do Território - FEDER	—	—	—	—	—	0	7	84	0
PO Valorização do Território - FC	169	445	2 888	5 961	490	—	—	—	—
PO Regionais do Continente	3 384	0	0	0	88	142	153	336	184
PO Norte - FEDER	1 410	—	—	—	20	30	45	217	38
PO Centro - FEDER	700	—	—	—	26	38	51	66	9
PO Alentejo - FEDER	1 144	—	—	—	9	68	24	35	116
PO Lisboa - FEDER	—	—	—	—	4	1	31	18	21
PO Algarve - FEDER	129	—	—	—	29	5	2	—	—
PO Regiões Autónomas	665	—	140	52	57	19	33	54	45
PO Açores - FEDER	661	—	97	24	34	16	29	43	44
PO Açores - FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Madeira - FEDER	4	—	43	28	23	3	4	11	1
PO Madeira - FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	—

— Não aplicável

Nota:

Km de novas estradas e estradas a reabilitar/intervencionar:

- PO Centro: O número apresentado neste indicador sofreu uma redução decorrente de rescisão de projetos/desistências, posteriores ao processo de decisão e também devido à alteração da quantificação de indicadores noutras operações.

Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento (desporto):

- PO Centro: O número apresentado neste indicador sofreu uma redução decorrente de rescisão de projetos/desistências, posteriores ao processo de decisão.

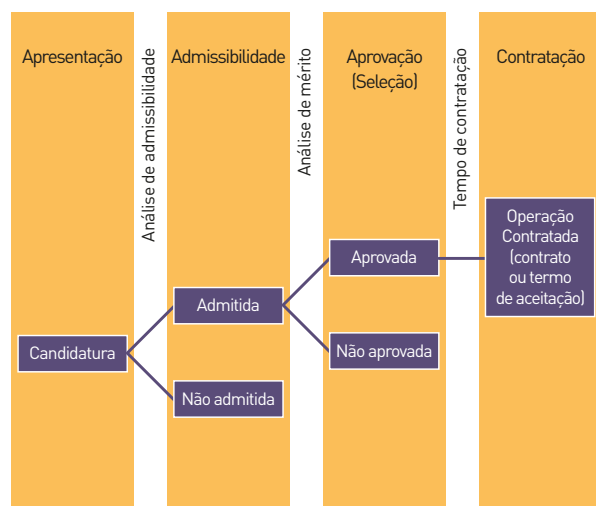
Lista de Grandes Projetos notificados à Comissão Europeia

PO	Fundo	Designação do Grande Projeto	Beneficiário	Localização NUT III	Data de notificação	Data de decisão de aprovação	Montantes	
							Custo Total (mil euros)	Fundo Decisão (mil euros)
Factores de Competitividade	FEDER	Criação de uma unidade fabril	Swedwood Portugal - Indústria de Madeiras e Mobiliários, Lda	Tâmega	9-Jun-08	4-Nov-08	134 470	29 000
		CELBI - Projecto de Expansão da Unidade Fabril E Operacional Estruturas Metálicas S.A. - Instalação de Unidade fabril em Évora	Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A.	Bx. Mondego	7-Ago-08	25-Mai-09	320 083	51 645
		CUF - Químicos Industriais, SA - Expansão da matéria-prima da fileira de poliuretanos de Estarreja	Embraer Portugal Estruturas Metálicas S.A.	Alentejo Central	20-Jan-09	16-Dez-10	117 143	39 580
		Repsol Polímeros, Lda. - Projecto de expansão em Sines	CUF - Químicos Industriais, S.A.	Baixo Vouga	27-Abr-09	8-Out-09	124 986	24 939
		Artenius Sines PTA, S.A. - Projecto MegaPTA - Construção e operação de unidade fabril	Repsol Polímeros, Lda.	Alentejo Litoral	7-Jul-09	Desistido	-	-
		Sociedade Portuguesa do Ar Líquido, Lda. - Modernização e Redimensionamento do Complexo Industrial de Estarreja	Artlant PTA, S.A.	Alentejo Litoral	19-Ago-09	13-Jul-12	399 945	38 822
		ALMINA - Minas do Alentejo, S.A.: Reactivação da actividade mineira em Aljustrel	Sociedade Portuguesa do Ar Líquido "AR LIQUIDO", Lda.	Alentejo Centro	19-Ago-09	14-Dez-09	57 242	11 428
		Embraer Portugal Estruturas em Compósitos S.A.: Inst. e Expansão de Unidade Fabril em Évora	ALMINA - Minas do Alentejo, S.A.	Baixo Alentejo	20-Ago-10	16-Set-11	103 884	31 875
		SOMINCOR, Sociedade Mineira de Neves Corvo, SA: Expansão da Capacidade Produtiva em Neves Corvo	Embraer Portugal Estruturas em Compósitos S.A.	Alentejo Central	29-Dez-11	4-Fev-13	88 441	25 490
		Continental Mabor: 52K ContiSeal - Fabricação de produtos de maior valor acrescentado e desenvolvimento de novos processos	SOMINCOR, Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.	Baixo Alentejo Ave	14-Mai-12	30-Mai-13	76 891	14 908
Valorização do Território	Fundo de Coesão	Portugal Telecom Data Center, S.A.: Data Center de Nova Geração	Continental Mabor - Indústria de Pneus, SA	Cova da Beira Ave	24-Jan-13		58 390	12 627
		Route 17 - Aumento da produção para 17 milhões de pneus/ano, uhp e utilização de novos compostos	Portugal Telecom Data Center, SA		27-Set-13		83 968	17 333
		CRIL - Buraca/ Pontinha	Continental Mabor - Indústria de Pneus, SA		20-Fev-15		82 937	15 438
		Ligação Ferroviária Sines / Elvas (Espanha) I: Variante de Alcácer (2ª fase)	Estradas de Portugal, S.A.	Gr.Lisboa	20-Mai-09	7-Abr-10	215 536	107 203
		Rede Ferroviária de Alta Velocidade em Portugal - Eixo Lisboa/Madrid: Sub-troço Poceirão/Évora	Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.	Alentejo Litoral	29-Set-09		145 626	77 099
		Ligação Ferroviária Sines / Elvas (Espanha) III: Modernização do troço Bombel e Vidigal a Évora	Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.	Alentejo Central	12-Mar-10	Desistido	-	-
		Linha do Minho: Variante da Trofa	Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.	Alentejo Central	24-Abr-12		121 560	59 234
		Ramal de Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro	Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.	Ave	14-Mai-12		81 218	35 076
		Extensão da Rede de Metro entre o Estádio do Dragão e Venda Nova	Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.	Baixo Vouga	28-Mai-12		77 390	40 506
		Linha da Beira Baixa - Modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda (1ª fase)	Metro do Porto, S.A.	Grande Porto	29-Jun-12	11-Nov-13	160 703	96 973
		Modernização do Eixo Lisboa/Caldas da Rainha: Linha de Sintra - troço Barcarena-Cacém	Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.	Centro	30-Jul-13		108 379	44 855
		Autoestrada Transmontana	Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.	Grande Lisboa	31-Jul-13		98 366	32 778
		Extensão da Linha Azul do Metropolitano de Lisboa à Reboleira	EP - Estradas de Portugal, S.A.	Norte	8-Ago-13		636 040	229 385
		Túnel do Marão	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Lisboa	29-Nov-13		77 212	42 530
		Linha do Minho - Modernização do troço Nine / Valença Fronteira (Fase I)	EP - Estradas de Portugal, S.A.	Norte	28-Fev-14		254 742	138 146
		Linha do Norte - Modernização do troço Ovar/Gaia (Fase I)	Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE	Minho - Lima	31-Jul-14		48 871	18 416
		Linha do Norte - Modernização do troço Alfaias/Pampilhosa (Fase I)	Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE	Baixo Vouga	11-Nov-14		15 740	6 217
		Projecto de Tratamento, Valorização e Destino Final dos RSU do Sistema Multimunicipal do Litoral Centro	Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE	Baixo Mondego	3-Nov-14		52 337	25 602
		Águas do Ave - Alarga. do Sistema de Saneamento SIMARSUL - Sub-sistemas de Saneamento Barreiro/Moita e Seixal	ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	Centro	27-Jan-09	30-Nov-09	137 713	97 447
		Ligação Pisão-Roxo	Águas do Noroeste, S.A.	Norte	10-Jul-09	17-Mai-13	148 292	96 704
		Circuitos Hidráulicos de São Pedro-Baleizão-Quintos	SIMARSUL - Sist. Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Pen. de Setúbal, S.A.	Península de Setúbal	19-Out-09	26-Abr-13	61 240	22 185
		Circuito Hidráulico de Pedrogão -Margem Direita	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	Baixo Alentejo	18-Dez-09	18-Nov-10	67 714	50 397
		Adutor Brinches-Enxóe	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	Baixo Alentejo	9-Dez-13		59 434	38 844
		Saneamento do Douro - 7.ª Fase	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	Baixo Alentejo	11-Abr-14		56 521	31 458
		Projecto Valorism - Ecoparque da Ilha de São Miguel	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro S.A.	Norte	29-Mar-10	Desistido ¹	-	-
		Intervenção nos troços terminais das principais ribeiras do Funchal	MUSAMI - Op.Municipais do Ambiente, EIM	R.A. Açores	23-Set-13	Desistido	-	-
		Regularização da Ribeira da Ribeira Brava	Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira	R.A. Madeira	3-Jan-14		81 866	65 855
		Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões	Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira	R.A. Madeira	12-Set-14		78 542	66 761
PO Norte	FEDER	Novo Hospital Pediátrico de Coimbra	APDL - Admin. dos Portos do Douro e Leixões, S.A.	Grande Porto	16-Mai-14		58 727	35 303
PO Centro	FEDER	Criação de uma unidade industrial de biodiesel	Administração Regional de Saúde do Centro	Bx. Mondego	9-Fev-09	12-Nov-09	101 866	15 744
PO Alentejo	FEDER	Aquisição de 2 navios p/ transporte inter ilhas de passageiros e viaturas	GREENCYBER S.A.	Alentejo Ltl.	14-Jan-11	Desistido	-	-
PO Açores	FEDER	Instalação de um centro de rastreio de satélites e fornecimento de capacidade satelital	Atlanticline, SA	R.A. Açores	6-Jun-08	Desistido	-	-
PO Madeira	FEDER		Eutelsat Madeira, Unipessoal, Lda	R.A. Madeira	3-Mar-10	16-Dez-10	86 127	2 775

1 - O custo total do projeto, inferior a 50 M€, não configura um Grande Projeto, pelo que foi apresentada a sua desistência.

Conceitos e notas explicativas

Ciclo de vida das candidaturas no âmbito do processo de seleção



Candidatura: Pedido formal de apoio financeiro público (nacional e/ou comunitário) apresentado pelo beneficiário à autoridade de gestão de um PO, com vista a garantir a realização de projetos elegíveis financiados no âmbito do PO. A candidatura formaliza-se através do preenchimento de um formulário tipo – no qual é, nomeadamente, descrita a operação a financiar, os seus objetivos, a sua sustentabilidade, o calendário de execução e a programação financeira – e demais documentação exigida para a sua instrução.

Candidatura apresentada: candidatura submetida a um concurso ou período de candidatura (fechado ou em contínuo/aberto). Nos casos de concursos ou períodos de candidatura fechados apenas se consideram as candidaturas submetidas dentro dos prazos estabelecidos nos respetivos avisos.

Candidatura admitida: candidatura apresentada que cumpre os requisitos de admissibilidade aplicáveis e que, portanto, é aceite pela autoridade de gestão para integrar o processo de seleção.

Candidatura aprovada: candidatura selecionada e com decisão de aprovação e consequente cofinanciamento⁶.

O volume de candidaturas aprovadas é líquido de desistências (ocorridas na fase de audiência prévia e, como tal, antes de concluído o processo de aprovação)⁷. Corresponde, em regra, à primeira decisão de aprovação, salvo nos casos em que tal não é possível de apurar (correspondendo aí à decisão de aprovação vigente, incluindo reprogramações).

Candidatura contratada: Candidatura aprovada que foi objeto de celebração de um contrato de financiamento com o beneficiário ou de assinatura por parte deste de termo de aceitação.

Candidatura desistida: candidatura apresentada e cujo processo de admissibilidade ou de aprovação não foi concluído por iniciativa do beneficiário, antes da comunicação de cofinanciamento.

Candidatura anulada: candidatura aprovada e cuja comunicação de cofinanciamento teve lugar mas, por iniciativa do beneficiário ou por incumprimento legal, não celebra o respetivo contrato.

Candidatura rescindida/revogada: candidatura aprovada com revogação da decisão de cofinanciamento após a celebração de contrato, independentemente de a rescisão ter sido promovida pelo beneficiário ou pela Autoridade de Gestão ou órgão equiparado.

Certificação de despesas: Procedimento formal através do qual a Autoridade de Certificação declara à Comissão Europeia que as despesas apresentadas para reembolso são elegíveis, que se encontram justificadas por faturas e respetivos recibos ou outros documentos contabilísticos de valor probatório equivalente e que foram realizadas no âmbito de operações devidamente aprovadas para financiamento a título de um PO.

Concurso ou período de candidatura: Fase de apresentação, admissão e seleção de candidaturas que dá origem a uma decisão de atribuição de financiamento às operações que vierem a ser aprovadas e contratadas pelos beneficiários. Respeitam às tipologias elegíveis num regulamento específico ou a um subconjunto destas, enquadradas num programa operacional e num eixo

⁶ Inclui, quando aplicável, as candidaturas em fase de audiência prévia. No PO ATFSE a comunicação aos beneficiários é feita após homologação da tutela. Tendo em conta as alterações ao regulamento comunitário n.º 1083/2006 do Conselho introduzidas pelo regulamento n.º 284/2009, bem como a adaptação do regulamento geral do FEDER e Fundo de Coesão,

que enquadram a possibilidade de existir execução de grandes projetos antes da sua aprovação formal pela Comissão Europeia, o momento de aprovação dos grandes projetos reflete a sua aprovação em termos nacionais.

⁷ Inclui, quando aplicável, os Programas de Ação (excluindo, nestes casos, as candidaturas individuais que os corporizam).

prioritário específico⁸. No caso dos concursos, existe sempre uma data de fecho previamente estabelecida e uma dotação orçamental de fundo comunitário a atribuir na sequência do inerente processo de seleção. No caso dos períodos de candidatura fechados, existe sempre uma data de fecho previamente estabelecida. Por último, e não sendo a regra neste período de programação, existem ainda períodos de candidatura em contínuo /abertos (com ou sem dotação orçamental explicitada), ou seja, que vigoram durante todo o período do QREN ou até à execução financeira integral da(s) tipologia(s) em causa ou, caso exista, da respetiva dotação orçamental.

Concurso ou período de candidatura decidido:

considera-se um concurso ou período de candidatura decidido quando pelo menos 75% do total de candidaturas apresentadas tiver sido objeto de comunicação da respetiva decisão pela autoridade de gestão.

Concurso ou período de candidatura em aberto: concurso ou período de candidatura com prazo para submissão de candidaturas a decorrer.

Concurso ou período de candidatura encerrado: concurso ou período de candidatura cujo prazo para submissão de candidaturas está terminado.

Despesa pública: qualquer participação pública no financiamento de operações e proveniente do Orçamento do Estado, de autoridades regionais e locais, das Comunidades Europeias no âmbito dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão e qualquer despesa equiparável. É considerada despesa equiparável qualquer participação no financiamento de operações proveniente do orçamento de organismos de direito público ou de associações de uma ou mais autoridades locais ou regionais ou de organismos públicos⁹.

Despesa validada: corresponde aos montantes de despesa efetivamente paga pelos beneficiários na execução de uma operação/projeto e validada pela autoridade de gestão¹⁰ e

a adiantamentos pagos aos beneficiários, no âmbito dos auxílios estatais, na aceção do artigo 87.º do Tratado, que sejam considerados certificáveis. Os valores relativos a adiantamentos certificáveis apenas são contabilizados nesta variável pelo valor da garantia bancária associada e até à sua justificação por via de apresentação de despesa efetivamente paga pelo beneficiário e validada e paga pela autoridade de gestão.

Fundo comunitário a concurso: dotação de fundo prevista no aviso de abertura do concurso ou especificamente afeta a um período de candidatura, incluindo, quando aplicável, eventuais alterações ocorridas durante o período de apresentação de candidaturas. Não se aplica na modalidade de acesso ao FSE, nos termos da alínea a) do artigo 21.º do Decreto Regulamentar (DR) n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, alterado pelo DR n.º 13/2008, de 18 de Junho. No caso do FEDER e quando as candidaturas sejam submetidas a períodos de candidatura em contínuo /abertos, é considerado o montante de Fundo associado ao Eixo Prioritário/Área de Intervenção quando este se encontra explicitado no respetivo aviso de abertura do período de candidatura.

Grande projeto: Operação suscetível de financiamento pelo FEDER ou pelo Fundo de Coesão, que engloba um conjunto de trabalhos economicamente indivisíveis com uma função técnica precisa e visa objetivos claramente identificados e cujo custo total seja superior a 50 milhões de euros¹¹. Os grandes projetos são objeto de uma decisão específica por parte da Comissão Europeia, o mais tardar três meses após a sua apresentação, desde que esta cumpra todos os requisitos regulamentares.

Investimento ou custo total: Somatório da despesa elegível¹² e da não elegível¹³ que seja considerada indispensável à prossecução dos objetivos da operação, no

8 Com exceção do PO PH, onde os períodos de candidatura referentes a uma tipologia que abranja diversos objetivos (convergência, phasing-out e competitividade regional e emprego) e, consequentemente, eixos prioritários distintos do respetivo PO, são contabilizados apenas como um período de candidatura.

9 Aplicando-se no caso dos projetos apoiados pelo FSE as disposições previstas no artigo 37.º do DR 84-A/2007, de 10 de Dezembro.

10 No caso dos auxílios estatais, na aceção do artigo 87.º do

Tratado, os montantes de despesa para além de estarem validados pela autoridade de gestão devem ter sido pagos aos beneficiários.

11 Conforme Regulamento (UE) n.º 539/2010 de 16 de Junho.

12 Despesa claramente associada à concretização de uma operação/projeto e cuja natureza e data de realização respeitam a regulamentação específica do programa e demais regras nacionais e comunitárias aplicáveis.

13 Despesa associada a uma operação/projeto, cuja natureza, data de realização, ou dimensão, não permitam o seu financiamento pelos fundos, sendo a sua cobertura assegurada pelo beneficiário.

quadro da candidatura apresentada.

Investimento ou custo total elegível: total da despesa pública e privada, considerada para efeitos de cofinanciamento pelos fundos comunitários.

Operação aprovada: corresponde à decisão de aprovação vigente, incluindo reprogramações e encerramento de operações. O volume de operações aprovadas é líquido de anulações, rescisões / revogações¹⁴.

Pagamentos aos beneficiários: transferências diretas para os beneficiários¹⁵ a título de reembolso ou de adiantamentos. O volume de pagamentos pode incluir valores ainda não devolvidos relativos a operações rescindidas/revogadas.

Programa de Ação: corresponde a um programa integrado que envolve várias operações da responsabilidade de diversos parceiros, as quais devem corresponder a intervenções coerentes entre si e integradas. As operações previstas num programa de ação são formalizadas na sequência do processo de aprovação do respetivo programa.

Subvenção global: apoio relativo a uma operação, enquanto grupo de projetos coerentes, relativamente à qual a autoridade de gestão delega competências no âmbito da respetiva gestão a um organismo intermédio, com reconhecida competência e experiência em matéria de gestão administrativa e financeira.

Taxa de admissibilidade das candidaturas: candidaturas admitidas / candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de admissibilidade do investimento ou custo total: valor do investimento ou custo total das candidaturas admitidas / valor do investimento ou custo total das candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação bruta das candidaturas: candidaturas aprovadas / candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação bruta do investimento ou custo total: valor do investimento ou custo total das candidaturas aprovadas /total de investimento ou custo

total das candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação líquida das candidaturas: candidaturas aprovadas / candidaturas admitidas com análise de mérito concluída.

Taxa de aprovação líquida do investimento ou custo total: valor do investimento ou custo total das candidaturas aprovadas /total de investimento ou custo total das candidaturas admitidas com análise de mérito concluída.

Taxa de certificação do fundo programado: valor da despesa certificada de fundo comunitário / valor do fundo comunitário programado. Esta taxa pode refletir um desfasamento face à taxa de execução: por excesso, devido ao efeito conjugado da aplicação do mecanismo *top-up* e da certificação de despesas ser realizada à taxa de cofinanciamento do eixo prioritário, em alguns casos, superior à taxa média de cofinanciamento das operações aprovadas; e por defeito, devido ao desfasamento temporal entre validação e certificação de despesa.

Taxa de compromisso: valor do fundo associado a operações aprovadas / valor do fundo comunitário programado.

Taxa de contratação das candidaturas: candidaturas contratadas /candidaturas aprovadas. Esta taxa reflete, em número de candidaturas, o desfasamento temporal entre o momento da aprovação e o momento da contratação.

Taxa de contratação dos fundos comunitários: valor dos fundos comunitários das candidaturas contratadas / valor dos fundos comunitários das candidaturas aprovadas. Esta taxa reflete, em valor de fundo comunitário, o desfasamento temporal entre o momento da aprovação e o momento da contratação.

Taxa de execução: valor da despesa validada do fundo comunitário / valor do fundo comunitário programado.

Taxa de pagamento: valor do fundo comunitário pago aos beneficiários / valor aprovado do fundo comunitário em operações.

Taxa de realização: valor da despesa validada do fundo comunitário / valor aprovado do fundo comunitário em operações.

Taxa de reembolso: valor do fundo comunitário pago aos beneficiários, incluindo a beneficiários responsáveis pela execução de políticas públicas / valor da despesa validada do fundo comunitário. Sempre que este valor é superior a

¹⁴ Neste caso, apenas se incluem operações individualmente consideradas e não Programas de Ação, quando existem.

¹⁵ Incluindo para beneficiários responsáveis pela execução de políticas públicas.

100% significa que o montante pago por adiantamento(s) não certificáveis é superior ao valor do fundo comunitário associado à execução.

Tempo médio de decisão (previsto): período de tempo (dias de calendário) previsto para a comunicação ou notificação da decisão das autoridades de gestão em relação às candidaturas apresentadas nos concursos ou períodos de candidatura, contado a partir das datas limite definidas para a apresentação das mesmas, decorrentes das normas aplicáveis aos respetivos processos. Na apresentação de informação agregada relativa a este indicador para os PO cofinanciados pelo FEDER/FC, o tempo corresponde à média simples do conjunto dos tempos dos avisos de abertura dos concursos. No acesso ao financiamento do FSE através da modalidade de candidatura, o período de tempo limite previsto é o que consta na respetiva regulamentação. No caso dos PO FEDER/FC são considerados apenas os concursos decididos mais os períodos de candidatura em contínuo, com pelo menos uma candidatura decidida.

Tempo médio de decisão (efetivo)¹⁶: período de tempo (dias de calendário) efetivamente verificado para a comunicação ou notificação da decisão das autoridades de gestão em relação às candidaturas apresentadas nos concursos ou períodos de candidatura, decorrentes das normas aplicáveis aos respetivos processos. Na apresentação de informação agregada relativa a este indicador para os PO cofinanciados pelo FEDER/FC, o tempo corresponde à média simples do conjunto dos tempos dos concursos decididos. No caso dos PO FSE, considera-se até ao momento da notificação da proposta de decisão de aprovação aos beneficiários em fase de audiência prévia e o tempo de decisão corresponde à média simples do tempo de decisão de cada um dos projetos aprovados. No caso dos PO FEDER/FC são considerados apenas os concursos decididos mais os períodos de candidatura em contínuo, com pelo menos uma candidatura decidida.

SIGLAS:

CE: Comissão Europeia

FC: Fundo de Coesão

FEDER: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE: Fundo Social Europeu

I&DT: Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

IFDR: Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional

IGFSE: Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu

IGF: Inspeção-geral de Finanças

M€: milhões de euros

n.a.: Não aplicável

n.d.: Não disponível

PO: Programa Operacional

PO AT: Programa Operacional de Assistência Técnica

PO FC: Programa Operacional Fatores de Competitividade

PO PH: Programa Operacional Potencial Humano

PO VT: Programa Operacional Valorização do Território

p.p.: pontos percentuais

QREN: Quadro de Referência Estratégico Nacional

RVCC: Reconhecimento, Validação, Certificação de Competências

¹⁶ O tempo médio de decisão referente aos sistemas de incentivos corresponde ao período verificado entre a data de apresentação das candidaturas e a decisão das autoridades de gestão competentes.

Programas Operacionais do QREN

PO Temáticos

PO Potencial Humano

- Eixo 1 - Qualificação inicial
- Eixo 2 - Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida
- Eixo 3 - Gestão e aperfeiçoamento profissional
- Eixo 4 - Formação avançada
- Eixo 5 - Apoio ao empreendedorismo e à transição para a vida ativa
- Eixo 6 - Cidadania, inclusão e desenvolvimento social
- Eixo 7 - Igualdade de género
- Eixo 8 - Algarve
- Eixo 9 - Lisboa
- Eixo 10 - Assistência técnica

PO Fatores de Competitividade

- Eixo 1 - Conhecimento e desenvolvimento tecnológico
- Eixo 2 - Inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização
- Eixo 3 - Financiamento e partilha de risco da inovação
- Eixo 4 - Administração pública eficiente e de qualidade
- Eixo 5 - Redes e ações coletivas de desenvolvimento empresarial
- Eixo 6 - Assistência técnica

PO Valorização do Território

- Eixo 11 - Rede e equipamentos estruturantes nacionais de transportes e mobilidade sustentável (FC)
- Eixo 12 - Sistemas ambientais e de prevenção, gestão e monitorização de riscos (FC)
- Eixo 13 - Redes e equipamentos na RA Açores (FC)
- Eixo 14 - Redes e equipamentos na RA Madeira (FC)
- Eixo 15 - Infraestruturas e equipamentos para a valorização territorial e o desenvolvimento urbano (FEDER)
- Eixo 16 - Assistência técnica (FEDER)

PO Regionais do Continente

PO Norte

- Eixo 7 - Competitividade, inovação e conhecimento
- Eixo 8 - Valorização económica de recursos específicos
- Eixo 9 - Valorização do espaço regional
- Eixo 10 - Coesão local e urbana
- Eixo 11 - Assistência técnica

PO Centro

- Eixo 7 - Competitividade, inovação e conhecimento
- Eixo 8 - Valorização do espaço regional
- Eixo 9 - Coesão local e urbana
- Eixo 10 - Assistência técnica

PO Alentejo

- Eixo 7 - Competitividade, inovação e conhecimento
- Eixo 8 - Valorização do espaço regional
- Eixo 9 - Coesão local e urbana
- Eixo 10 - Assistência técnica

PO Lisboa

- Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento
- Eixo 2 - Sustentabilidade territorial
- Eixo 3 - Coesão social
- Eixo 4 - Assistência técnica

PO Algarve

- Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento
- Eixo 2 - Proteção e qualificação ambiental
- Eixo 3 - Valorização territorial e desenvolvimento urbano
- Eixo 4 - Assistência técnica

Programas Operacionais do QREN

PO Regiões Autónomas

PO Açores - FEDER

- Eixo 7 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores
- Eixo 8 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana
- Eixo 9 - Promover a coesão territorial e a sustentabilidade
- Eixo 10 - Compensar os sobrecustos da ultraperificidade
- Eixo 11 - Assistência técnica

PO Açores - FSE

- Eixo 1 - Qualificação do capital humano, do emprego e da iniciativa para a competitividade regional
- Eixo 2 - Assistência técnica

PO Madeira - FEDER

- Eixo 1 - Inovação, desenvolvimento tecnológico e sociedade do conhecimento
- Eixo 2 - Competitividade da base económica regional
- Eixo 3 - Desenvolvimento sustentável
- Eixo 4 - Coesão territorial e governação
- Eixo 5 - Compensação dos sobrecustos da ultraperificidade
- Eixo 6 - Assistência técnica

PO Madeira - FSE

- Eixo 1 - Educação e formação
- Eixo 2 - Emprego e coesão social
- Eixo 3 - Assistência técnica

PO de Assistência Técnica

PO Assistência Técnica FEDER

- Eixo 1 - Coordenação e monitorização estratégica do QREN
- Eixo 2 - Coordenação e monitorização financeira do FEDER e FC
- Eixo 3 - Auditoria e controlo do FEDER e FC
- Eixo 4 - Coordenação, monitorização e controlo nas regiões de objetivo competitividade regional e emprego

PO Assistência Técnica FSE

- Eixo 1 - Coordenação, gestão, monitorização auditoria e conhecer para intervir e qualificar nas regiões de objetivo convergência
- Eixo 2 - Coordenação, Gestão, Monitorização Auditoria e Conhecer para Intervir e Qualificar nas Regiões de Objetivo Competitividade Regional e Emprego

Programas Operacionais da Cooperação Territorial Europeia

Cooperação Transfronteiriça

PO de Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha (POCTEP)

PO de Cooperação Transfronteiriça Bacia do Mediterrâneo (ENPI MED)

Cooperação Transnacional

PO de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico (EA)

PO de Cooperação Transnacional Espaço Sudoeste Europeu (SUDOE)

PO de Cooperação Transnacional do Espaço Mediterrâneo (MED)

PO de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias (MAC)

Cooperação Inter-regional

PO de Cooperação Inter-regional INTERREG IVC

Programa URBACT II - Rede Urbana de Desenvolvimento

Programa ESPON 2013 - Rede Europeia de Observação

Programa INTERACT II

Nota: desde o boletim de dezembro 2011 adotou-se uma nova numeração dos Eixos nos PO que alteraram a estrutura dos Eixos. Esta alteração surge na sequência da reprogramação em cumprimento das regras comunitárias em vigor.

Programas Operacionais do QREN

Coordenação Técnica do QREN



Avenida Infante Santo, 2, 5º
1350-346 Lisboa
Tel.: (+351) 217 227 281
www.poph.qren.pt



Avenida D. João II, Lote 1.07.2.1, 3º
1998-014 Lisboa
Tel.: (+351) 211 548 700
www.pofc.qren.pt



Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 5
1099-019 Lisboa
Tel.: (+351) 211 545 000
www.povt.qren.pt



Rua Rainha D. Estefânia, 251
4150-304 Porto
Tel.: (+351) 226 086 300
www.novonorte.qren.pt



Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 Coimbra
Tel.: (+351) 239 400 100
www.maiscentro.qren.pt



Rua Alexandre Herculano, 37
1250-009 Lisboa
Tel.: (+351) 213 837 100
www.porlisboa.qren.pt



Av. Eng. Arantes e Oliveira, 193
7004-514 Évora
Tel.: (+351) 266 740 300
www.ccdr-a.gov.pt/poaqren



Praça da Liberdade, 2
8000-164 Faro
Tel.: (+351) 289 895 200
www.ccdr-alg.pt



R. Dr. José Bruno Tavares Carreiro, s/n
9500-119 Ponta Delgada
Tel.: (+351) 296 308 000
<http://proemprego.azores.gov.pt>



Caminho do Meio, 58 - São Carlos
9701-853 Angra do Heroísmo
Tel.: (+351) 295 206 380
www.proconvergenca.azores.gov.pt



Travessa do Cabido, 16
9000-715 Funchal
Tel.: (+351) 291 214 000
www.idr.gov-madeira.pt/rumos/



Travessa do Cabido, 16
9000-715 Funchal
Tel.: (+351) 291 214 000
www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/

Coordenação



Avenida 5 de Outubro, 153
1050-053 Lisboa
Tel.: (+351) 218 814 000
www.adcoesao.pt

Autoridade de Auditoria



Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 Lisboa
Tel.: (+351) 218 113 500
www.igf.min-financas.pt

